

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

ALEXANDRE OLIVEIRA GABRIELY

EDIFÍCIOS PÚBLICOS TOMBADOS E A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

São Paulo

2007

ALEXANDRE OLIVEIRA GABRIELY

EDIFÍCIOS PÚBLICOS TOMBADOS E A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta.

Linha de Pesquisa: Políticas e formas de Atendimento.

SÃO PAULO
2007

G118e Gabriely, Alexandre Oliveira
 Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas
 com deficiência: um olhar multidisciplinar. / Alexandre
 Oliveira Gabriely. -- São Paulo, 2007.
 115 p.; 30 cm

 Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento)
 Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

 Orientação: Prof. Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta.

 Bibliografia: p. 101

 1. Pessoas com deficiências. 2. Acessibilidade 3. Inclusão
 social. 4. Edifícios públicos tombados. I.Título.

CDD: 362.4

ALEXANDRE OLIVEIRA GABRIELY

EDIFÍCIOS PÚBLICOS TOMBADOS E A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR.

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora, na Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como exigência
para obtenção do título de Mestre em
Distúrbios do Desenvolvimento.

Banca realizada em ____ de _____ de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof.^a Dr.^a Gilda Collet Bruna
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Toledo Amiralian
Universidade de São Paulo

Existem pessoas que contribuem muito para o contínuo aperfeiçoamento em nossa existência: minha mãe, Terezinha, minha avó, Josephina, meu irmão, Fernando, minha tia, Vita, meu pai Walter e carinhosamente minha querida vovó Olga (in memoriam). Sou muito feliz por estar entre vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, grande condutor de minha vida e que durante a realização deste trabalho, guiou-me com sua vigília onipresente além de nutrir-me com motivação e paciência principalmente nos momentos mais difíceis que tive que atravessar.

Ao Professor Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta, que foi muito mais que meu orientador, mas um parceiro e amigo que me incentivou em todos os momentos com sua disposição incansável em dirigir palavras de confiança e sabedoria às minhas aflições e questionamentos. A este grande professor, meus mais sinceros votos de gratidão.

Às Professoras Gilda Collet Bruna e Maria Lúcia Toledo Amiralian, por suas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos Professores do Programa de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento. O aprendizado adquirido a partir das aulas do curso contribuiu muito para a realização deste trabalho.

Aos representantes da Escola Estadual Caetano de Campos e do Theatro São Pedro, edifícios tombados incluídos na pesquisa, por sua disponibilidade e atenção dispensada ao atendimento de minhas solicitações.

À Martha Gouveia da Cruz, por indicar diferentes caminhos para o meu crescimento diante dos mais diversos contextos e situações de minha vida.

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e a Universidade Presbiteriana Mackenzie que em 1997 me acolheu como aluno da Faculdade de Psicologia, em 2001, como funcionário do Instituto e, em 2005, por me conceder bolsa integral para a realização deste Mestrado.

Aos amigos, colegas, professores e funcionários do Mackenzie que conheci desde o meu ingresso nesta universidade, pela amizade, pelas mensagens construtivas, pelo tempo precioso que dividimos juntos nestes dez anos. Muito obrigado a todos.

Ao Fundo Mackenzie de Pesquisa (MACKPESQUISA), pela Reserva Técnica, cujo apoio financeiro foi muito importante para a realização desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho propõe estudar a inclusão social da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida em edifícios públicos tombados na cidade de São Paulo. O trabalho envolve pesquisa teórica e de campo. A pesquisa teórica desenvolveu-se através da revisão literária sobre a conceituação de deficiência física ou mobilidade reduzida, a conceituação de espaço público e de espaço privado, o tombamento, a acessibilidade e a inclusão social com ênfase em duas áreas: educação e cultura. A pesquisa de campo foi realizada em dois edifícios públicos tombados, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes e servidores, cuja proposta foi investigar a questão da inclusão social para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida ao local que, por serem tombados, possuem legislação específica de conservação, o que pode dificultar as adaptações necessárias e a eliminação de barreiras. Sobretudo, a pesquisa de campo foi uma ferramenta indispensável para analisar a questão atitudinal de dirigentes e servidores em relação ao atendimento e a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em suas dependências. Os dados obtidos pela pesquisa de campo foram classificados, selecionados e confrontados com a pesquisa teórica, fazendo-se em seguida as análises. A pesquisa conclui que tombamento não pode ser confundido com “engessamento” e evidencia a necessidade e importância da informação, do conhecimento e das interações com pessoas com deficiência como elementos facilitadores da acessibilidade em seu mais amplo sentido.

Palavras-chaves: Acessibilidade; Inclusão Social; Pessoas com Deficiências; Edifícios Públicos Tombados.

ABSTRACT

This work considers to study the social inclusion of the person with physical deficiency or mobility reduced in overthrown public buildings in the city of São Paulo. It involves theoretical research and of field. The theoretical research developed through the literary revision on the conceptualization of physical deficiency or reduced mobility, the conceptualization of public and private space, the falling, the accessibility and the social inclusion with emphasis in two areas: education and culture. The field research was carried through in two overthrown public buildings, with the application of interviews half-structuralized with controllers and servers, whose proposal was to investigate the question of the social inclusion for people with physical deficiency or reduced mobility to the place that, for being tumbled, possess specific legislation of conservation, what it can make it difficult the necessary adaptations and the elimination of barriers. Over all, the field research was an indispensable tool to analyze the atitudinal question of controllers and servers in relation to the attendance and the promotion of the accessibility for the people with physical deficiency or mobility reduced in its dependences. The data gotten for the field research had been classified, selected and collated with the theoretical research, becoming after that the analyses. The research concludes that falling cannot be confused with plastering and evidences the necessity and importance of the information, the knowledge and the interactions with people with deficiency as elements facilitators of the felt accessibility in its amplest one.

Word-keys: Accessibility; Social Inclusion; People with Deficiencies; Overthrown Public Buildings.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	APRESENTAÇÃO.....	8
1.2.	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	14
1.3	OBJETIVO DO ESTUDO	18
1.4	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA	18
2	DEFICIÊNCIAS: CONCEITO E DEFINIÇÃO.....	24
3	INCLUSÃO SOCIAL, ESPAÇO, E ACESSIBILIDADE	33
3.1	A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA	41
3.2	A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA CULTURA.....	54
3.3	ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO	57
4	PATRIMÔNIO CULTURAL E TOMBAMENTO	64
4.1	SÃO PAULO E A DESCARACTERIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO IMÓVEL HISTÓRICO	69
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	74
5.1	Os Edifícios Públicos envolvidos na Pesquisa.....	74
5.1.1	Caracterização do espaço educacional	75
5.1.2	Caracterização do espaço cultural.....	77
5.2	Depoimentos obtidos em Entrevistas.....	79
5.2.1	Entrevistas no teatro	80
5.2.2	Entrevistas na escola	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	100
	ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O conhecimento sempre se colocou como um desafio em minha vida. A busca pelo saber tem sido um grande aliado para meu crescimento profissional e humano.

Sou psicólogo e pós-graduado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor. Os caminhos profissionais que decidi trilhar desde a minha graduação, sempre foram marcados por muitas inquietações e indagações. Dentre essas indagações, destacam-se algumas facetas tristes do cenário social da vida de milhões de brasileiros, tais como a falta de oportunidades para as pessoas almejarem um padrão de vida mais digno, o contraste terrível entre as classes sociais, a marginalização de pessoas com deficiência, a fome, a violação dos direitos humanos, etc.

Durante minha vida acadêmica tive a oportunidade de desenvolver, no Centro de Cultura e Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie, projetos sociais em comunidades carentes de São Paulo e de deparar-me com esse contexto desafiador na promoção da transformação social.

Após a conclusão da minha graduação, em 2002, deixei de ser estagiário do Centro de Cultura e Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie e fui efetivado no Departamento de Bolsas de Estudo do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Alguns anos mais tarde, esse departamento mudou o nome para

Departamento de Ação Social e, de certa forma, estava envolvido com as ações sociais de todo o Instituto e a Universidade.

No ano de 2003, especializei-me no curso *Lato Sensu* em Gestão de Organizações do Terceiro Setor, a fim de aprofundar meus conhecimentos dentro da temática social, sobretudo na realidade social brasileira. O aprendizado teórico, aliado à prática em comunidades carentes enriqueceu meus conhecimentos sobre o tema, motivando-me a dar continuidade cada vez mais na busca pelo saber.

No ano de 2004, fui convidado a fazer um trabalho voluntário na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Mais um trabalho desafiador estava posto à minha frente e aceitei prontamente. Este trabalho voluntário estava voltado ao atendimento em Psicoterapia Breve com os adolescentes da Unidade de Internação – 19 no Complexo do Tatuapé. Durante aproximadamente 01 ano, aos finais de semana, nos encontrávamos na FEBEM para desenvolver este trabalho junto aos adolescentes.

Inicia o ano de 2005 e este foi certamente um ano que me reservou muitas surpresas e algumas transformações as quais tive que ter muita força para enfrentá-las. Ainda funcionário do Departamento de Ação Social do Mackenzie, percebi que precisava dar continuidade ao meu crescimento profissional e que a partir das minhas experiências profissionais, acadêmicas e, sobretudo as atividades práticas desenvolvidas em comunidades carentes e instituições, eu poderia acrescentar a todo esse aprendizado a construção de um trabalho acadêmico de Mestrado.

Ao longo do ano comecei a pesquisar a possibilidade de fazer um Mestrado. Entrei em contato com a Coordenação do Programa em Distúrbios do Desenvolvimento na época, para conhecer melhor as diretrizes deste curso e verificar se estas iam ao encontro dos meus anseios profissionais.

Ao saber que se tratava de um programa multidisciplinar e que, dentre as propostas, havia também a questão da Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, abracei a idéia de fazer um Mestrado e comecei a me preparar para o exame seletivo.

Em julho daquele ano, soube que fui aprovado nas três fases do Programa de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento: a prova de conhecimentos específicos, de língua estrangeira e a entrevista. Foi um dos momentos mais importantes de minha vida, pois um novo mundo se abria para mim e sinceramente uma nova área do saber seria mais profundamente conhecida e pesquisada.

Oportuno ressaltar que durante a minha formação acadêmica, tive contato com disciplinas que abarcavam a questão das deficiências e distúrbios do desenvolvimento de uma forma ampla. Esse contato se deu tanto na faculdade, a partir das aulas expositivas, como na prática, através da realização de estágio em instituição de atendimento para pessoas com deficiência. Meu estágio foi realizado na Fraternidade Irmã Clara, que atende em regime de internação, crianças, sobretudo com paralisia cerebral, mas também com outros distúrbios. Essas crianças eram em sua grande maioria, órfãs e/ou cujos familiares eram muito pobres e não tinham condições de custear um tratamento sem a ajuda da instituição.

A realidade dessas crianças era, no âmago da questão, algo muito triste, pois muitas delas foram abandonadas pelos pais, seja por questões de ordem financeira, ou até mesmo pela negação em ter um filho com deficiência. Isso me deixava incomodado, mas ao mesmo tempo via uma generosidade que despontava nessa realidade, a força de vontade e dedicação das enfermeiras, dos voluntários e na própria filosofia de atendimento prestada por aquela instituição. Isso me fez

repensar algumas posturas e crer que a possibilidade da mudança existe, apesar dos desafios.

Em 2006, tive a oportunidade de fazer um curso de História da Arte no Museu Brasileiro de Escultura (MUBE). A programação deste curso me chamou a atenção por tratar da arte logicamente, porém difundida em seus diversos aspectos, seja na pintura de um quadro ou mesmo na arte existente nos estilos arquitetônicos da cidade de São Paulo e em face disto, surgiu meu interesse em buscar mais conhecimento sobre algumas das características arquitetônicas presentes em edificações antigas na cidade, já que São Paulo é um caleidoscópio a céu aberto que abarca vários estilos de diferentes épocas em suas construções.

E assim, surgiu como idéia, a proposta de desenvolver este projeto de Mestrado que trata sobre a temática da inclusão, abordar a questão da acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência em edifícios públicos tombados da cidade de São Paulo e com a análise da teoria sobre o assunto e a realização de pesquisa de campo, tentar responder algumas questões, como: Um imóvel público tombado pode ou não ser adaptado para proporcionar a acessibilidade e a inclusão social de pessoas com deficiência?¹

Espero que este trabalho possa oferecer contribuição ao mundo acadêmico e social, somando mais conhecimento a partir da fundamentação teórica e da pesquisa prática acerca da temática do presente estudo.

Esta dissertação de Mestrado é caracterizada por abordar temas de diferentes áreas do conhecimento, destacando-se a Psicologia, a Educação, a História, a Arquitetura e a Sociologia. Trata-se de um trabalho com caráter multidisciplinar, que deverá servir como fonte de informação, corroborando com a

¹ Estas e outras questões serão apresentadas no tópico que trata da delimitação do objeto de estudo.

idéia defendida por Bleger (1984, apud GUIRADO, 1986) que diz que o psicólogo deve se voltar para atividades sociais de maior envergadura e significação, articular e integrar as práticas sociais, visando ampliar seu conhecimento.

A fonte de conhecimentos que se encontra disponível no dia-a-dia conota a idéia de que se vive num mundo, cujo aprendizado, apresenta-se como fator essencial para a investigação científica. Neste sentido, é muito comum, principalmente no meio acadêmico, a presença de três grandes correntes que colaboram para o enriquecimento do conhecimento entre as áreas: a Interdisciplinaridade, a Multidisciplinaridade e a Transdisciplinaridade.

Pires (1998, p. 176), lembra que: “Uma organização do ensino interdisciplinar é diferente da organização multidisciplinar ou transdisciplinar e muito diferente da organização de ensino disciplinar”.

Para a autora, a multidisciplinaridade:

Parece esgotar-se nas tentativas de trabalho conjunto, pelos professores, entre disciplinas que cada uma trata de temas comuns sob sua própria ótica, articulando algumas vezes bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação (PIRES, 1998, p.176).

Almeida Filho (apud Pires, 1998) diz que na multidisciplinaridade, as disciplinas estudam perto, mas não juntas.

Em relação à transdisciplinaridade, Pires (1998) chama a atenção para a existência de um quadro em que “vale tudo” e que se coloca de forma “perigosa”. “A transdisciplinaridade insere-se na busca atual de um novo paradigma para as ciências da educação bem como para outras áreas, como na saúde coletiva, por exemplo.” (ALMEIDA FILHO apud PIRES, 1998, p.176). A crítica maior deste autor em relação à transdisciplinaridade é que ela busca referencial teórico no *holismo* e na teoria da complexidade.

Lembra Pires (1998) que a totalidade, objeto de anúncio para o *holismo*, pode trazer a idéia de a - historicidade, pois o total é tudo e a totalidade não se esgota na soma das partes, mas sim na síntese histórica da realidade, daí o risco de um “vale tudo” que desconsidere os fatores da materialidade histórica na construção das sociedades e das transformações pelos quais os seres humanos passaram e ainda estão sujeitos a inúmeras experiências na perspectiva de sua construção social.

Já “a interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea” (LEIS, 2005, p.02). Observa-se que a interdisciplinaridade surgiu durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a partir do momento em que houve uma supervalorização da especialização em apenas uma única área, ou seja, a disciplinaridade. Em oposição à desarticulação teórica e prática por qual passou o ensino nesta época, a interdisciplinaridade é também um movimento crítico a esta condição unilateral na produção do conhecimento.

Pires (1998, p. 177) diz que “[...] a interdisciplinaridade pode ser tomada como uma possibilidade de quebrar a rigidez dos compartimentos em que se encontram as disciplinas dos currículos escolares”. Porém lembra esta mesma autora que este recorte não é suficiente para garantir a formação integral do indivíduo.

Diante de tais considerações, a vertente que mais se aproxima do caráter deste trabalho é a multidisciplinaridade que, dentre seus objetivos, visa somar conhecimentos a partir da aproximação das diferentes áreas abordadas.

1.2. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A sociedade atual vive um verdadeiro paradoxo no que diz em respeito às diversidades humanas, sobretudo quando se abarca a realidade das pessoas que se encontram em condição de exclusão social. Nesta situação, incluem-se grande parte das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Pode-se citar como exemplo o fato de viver-se em um sistema democrático que é regido por normas e marcos legais que inserem as pessoas em condição de equidade em seus direitos e deveres, bem como, celebra as oportunidades de participação no meio social, porém, sabe-se que no dia-a-dia das pessoas deficientes, a realidade se apresenta de outra maneira.

Vale ressaltar que, se por um lado há uma parcela populacional que vive uma realidade em que oportunidades econômicas e sociais são satisfatórias, tem-se na outra ponta, a existência de uma grande lacuna social para milhões de pessoas que, paradoxalmente, estão amparadas pelos mesmos princípios democráticos de equidade de promoção social. Esse processo excludente se dá muitas vezes ao custo do sucesso individual e da uniformização de condutas em detrimento de uma maior coletividade e respeito às diversidades.

Diante deste contraste social em que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças econômicas, acabam por pertencer a um mesmo cenário social e marco legal. Mazzotta (2000, p. 26) afirma que:

No espaço público, essa igualdade de desiguais precisa ser assegurada sob certos aspectos e por motivos específicos, já que ela não decorre da natureza humana. Daí a necessidade fundamental da participação social de todos na produção, gestão e fruição dos bens e serviços de uma sociedade democrática.

Diante da grande complexidade em que se insere a questão da exclusão social no Brasil, o presente trabalho terá como recorte desta temática, a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida², dentro de uma perspectiva de inclusão social, em que buscará, além do referencial teórico que traga a questão da integração e inclusão social, a realização de pesquisa de campo, considerando a pesquisa de campo como uma importante ferramenta investigativa para o que se propõe este estudo.

Pretende-se pesquisar edifícios públicos, sendo que será analisada sua estrutura física enquanto locais que executam ações ou não para a minimização das dificuldades de acesso e das barreiras existentes. E como fator diferencial do presente estudo, a pesquisa ocorrerá em edifícios públicos tombados e, neste contexto, como se dá a questão das adaptações necessárias para viabilizar a acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência física nestes espaços de uso público.

Este tema foi escolhido na pretensão de trazer à tona elementos que ajudem a enriquecer a discussão acerca da temática sobre acessibilidade para pessoas com deficiência física e, de uma maneira mais ampla, obviamente, para todas as pessoas com algum outro tipo de limitação no enfrentamento dos obstáculos físicos existentes, mas fundamentalmente nos obstáculos condicionados à própria natureza atitudinal, presentes na vida de cada indivíduo, com ou sem deficiência.

Pretende-se, desta forma, estabelecer uma espécie de parceria entre a análise das normas legais de acessibilidade e da minimização das barreiras, mas também a análise de caráter subjetivo, atitudinal, presentes nas pessoas que

² A fim de evitar repetições excessivas de termos, quando me referir a pessoas com deficiência física, refiro-me em pé de igualdade também para pessoas com mobilidade reduzida.

usufruem estes espaços, concordando com Mazzotta (2006, p.31), quando diz que: “O conceito de acessibilidade vai muito além do direito de adentrar aos ambientes naturais e físicos, confundindo-se mesmo com o direito de participação ativa no meio social, com a cidadania ou a inclusão social”.

Para a pesquisa de campo, deverá ser realizado um estudo ilustrativo em dois edifícios públicos tombados, um de caráter educacional e outro cultural. Para a escolha de ambos, pensou-se fundamentalmente na importância de seus papéis sociais desempenhados na comunidade, dentre estes, sua própria natureza de configurarem como espaços públicos de circulação e uso e o fato de serem tombados quando passam a ser considerados como bem cultural imóvel e cuja: “[...] finalidade específica do tombamento de um bem é a sua conservação” (CASTRO, 1991, p.107).

Além das características específicas para a realização da pesquisa nesses espaços, ela surge como investigação sobre elementos ainda não estudados, podendo estimular e subsidiar outras pesquisas.

Na pesquisa de campo, para o espaço educacional, optou-se por uma escola, considerando a escola como um espaço identificado por seu papel social e não apenas por sua configuração separada ou isolada de uma contextualização social e cultural (MAZZOTTA, 2002).

A escolha de um espaço educacional vai de encontro igualmente à proposta de inclusão adotada neste estudo, pois: “A educação não é um processo isolado dos demais processos sociais, mas um processo *inclusivo*, ou melhor, uma dimensão dos outros processos” (DELLA TORRE, 1972, p.39).

E para o espaço cultural, optou-se por um teatro considerando sua capacidade de propiciar aprendizado e novas experiências culturais ao expectador,

sugerindo a idéia de que neste sentido não importa a cultura que alguém traz consigo, mas a experiência cultural que essa pessoa vivencia (RIBEIRO, 2006).

Neste sentido, surge também uma pergunta relevante no presente trabalho, que justifica a escolha deste tipo de edificação para a realização da pesquisa de campo: O fato dos edifícios serem tombados traz implicações ou não em relação às adaptações necessárias que visam à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência física?

Assim, pretende-se investigar, na perspectiva de inclusão social para as pessoas com deficiência física, a seguinte indagação: Em uma perspectiva de inclusão social, como contextualizar no edifício público tombado a questão da acessibilidade e das barreiras presentes para pessoas com deficiência física, considerando também o caráter subjetivo das barreiras atitudinais e a peculiar situação física de um patrimônio arquitetônico tombado?

O que pensam os gestores sobre os espaços em que atuam e sobre a proposta de inclusão social para pessoas com deficiência física? Quem são as pessoas que mais usufruem destes espaços? Em uma perspectiva inclusiva e integradora, em que condições são atendidas as pessoas com deficiência física? Como é vista a questão das “barreiras atitudinais” em consonância à idéia da democratização da acessibilidade no meio social para todas as pessoas?

1.3 OBJETIVO DO ESTUDO

Conhecer e analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em edifícios públicos tombados destinados à cultura e à educação.

1.4 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA

Este trabalho focalizou a temática da inclusão social e da acessibilidade para pessoas com deficiência física, indo de encontro à idéia proposta por Mazzotta (1998), quando diz que é no convívio social com outras pessoas que as necessidades de qualquer ser humano se apresentam. E, em face das considerações feitas pelo autor, optou-se pela escolha de dois edifícios públicos para a realização da pesquisa de campo.

Os edifícios foram pesquisados a partir de alguns instrumentos e recursos, como a observação, a fotografia e a entrevista. Posteriormente, os dados foram analisados dentro das temáticas de estudo envolvidas considerando, a teoria que corresponde a questões atitudinais implicadas na inclusão da pessoa com deficiência física nos espaços sociais e na própria natureza física implicada dos elementos de pesquisa.

Para a revisão teórica, foram utilizadas fontes que abordam o conceito de deficiências e, mais aprofundadamente, da deficiência física. Em relação à

acessibilidade, foi dado enfoque à literatura que aborda a questão da inclusão social e das barreiras físicas e atitudinais presentes em nossa sociedade. Como componente de sustentação argumentativa, foi feita pesquisa bibliográfica e em documentos legislativos brasileiros, além de consultas a documentos legais internacionais.

A respeito dos prédios públicos pesquisados, foi dado enfoque à sua história e na conceituação das justificativas que levaram ambos ao tombamento. Por fim, indaga-se: em uma perspectiva de inclusão social, existem barreiras físicas e atitudinais que dificultam o acesso de uma pessoa com deficiência física a edifícios públicos tombados destinados à educação e cultura?

A metodologia empregada no presente estudo foi baseada na abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, dentre suas características “[...] difere, em princípio, da abordagem quantitativa, à medida que não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise” (GRESSLER, 2003, p. 43).

O presente estudo pretende ir além da mera observação das “aparências dos fenômenos sociais” (TRIVIÑOS, 1987, p.129). Desta forma, a preocupação não enfoca em resultados fundamentados na lógica matemática e na quantificação dos dados coletados, pois a principal preocupação é a questão social e o que será verificado ao longo do estudo, são as condições facilitadoras e/ou dificultadoras da inclusão social.

A pesquisa teórica abarca a revisão da literatura sobre o tema em estudo, destacando-se a humanização no uso do espaço, ou seja, o espaço público e seu uso em um contexto inclusivo.

Milton Santos (1991) faz um respeitável estudo sobre a relação existente entre espaço e sociedade e aqui o autor descreve o que é a relação do homem com o espaço:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1991, p.71).

Para a conceituação das deficiências, foram consultadas a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), sendo que na CIF, foi dada maior atenção à conceituação de deficiência física e ainda em suas diretrizes políticas, sociais e atitudinais propostas por esta classificação.

As obras sobre inclusão social de pessoas com deficiência na sociedade compõem a “espinha dorsal” desta pesquisa.

Este trabalho esteve imerso em uma proposta de estudo focado na realidade, em que além de verificar teorias, normas legais, considera-se o ambiente físico, sobretudo o fator humano, como elementos comuns que coexistem na sociedade.

Foi feita a identificação e análise de documentos legais e normativos correlatos ao tema, como, por exemplo: os Decretos 3.298/99 e 5.296/04 que estabelecem critérios para a promoção da acessibilidade em território nacional e ainda a Portaria Nº. 3.284/03 que também dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, dentre outros.

Além da utilização de documentos legais que dizem respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência física, foram estudados, textos legislativos que lhes asseguram o direito à educação e à cultura, estabelecidos inicialmente na

Constituição Federal, de 1988, e também na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96, dentre outras.

Para a coleta de materiais, utilizou-se o que Triviños (1987, p.138) chama de “Técnica da Triangulação”, cujo princípio é sustentado na impossibilidade de “conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro-realidade social”. Diante disso, considerou-se a própria natureza dos edifícios públicos tombados em seu contexto histórico e seu significado no presente e as mudanças atitudinais em relação às pessoas com deficiência, bem como as mudanças políticas do país que possibilitaram o surgimento de novos marcos legais na promoção da inclusão social e acessibilidade para pessoas com deficiência.

A Técnica de Triangulação é composta pelos seguintes aspectos: entrevistas e questionários, a observação livre ou dirigida; a utilização de informações produzidas pelo ambiente, ou seja, documentos internos, instrumentos legais como leis, decretos, resoluções e, por fim, a análise macro social na qual está inserido o sujeito, ou os elementos da pesquisa.

A partir dos elementos presentes na “Técnica da Triangulação”, utilizou-se para a coleta de dados, a observação na vida real, que é realizada no local em que os eventos ocorrem (GRESSLER, 2003), o uso de recursos fotográficos para registro e a técnica da entrevista semi-estruturada, com o uso de anotações e gravação direta para posterior.

Um outro determinante para a utilização da entrevista semi-estruturada, volta-se ao próprio conceito de entrevista que: “[...] em muitas situações, assemelha-se a um questionário, para o qual o entrevistado dá as respostas oralmente, ao invés de escrever” (GRESSLER, 2003, p. 164). A autora ressalta que a entrevista, a partir

do envolvimento de duas ou mais pessoas, consiste em uma conversação com o objetivo de se investigar algum elemento, ou seja, não se trata de uma simples conversa.

A entrevista semi-estruturada, dentre suas características pode ser utilizada por permitir ao pesquisador partir de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e hipóteses que vão ao encontro da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Para a presente pesquisa, a escolha dos entrevistados foi feita após o conhecimento da rotina de ambos os espaços envolvidos, priorizando-se com critérios de escolha destas pessoas, o cargo administrativo que ocupam e, fundamentalmente, o fato da pessoa a ser entrevistada ter contato direto com a população que usa os edifícios públicos selecionados.

Após a seleção das pessoas para participar da pesquisa, as entrevistas foram realizadas nos horários e locais de trabalho dos entrevistados. As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado (Anexo A) e, após sua realização, foram transcritas pelo próprio pesquisador.

O próximo passo é a identificação das principais categorias que norteiam a temática deste trabalho, que são: acessibilidade e inclusão social; usuários e servidores; e tombamento.

Para a análise das informações obtidas, foram selecionados trechos mais significativos das entrevistas em consonância com as categorias mencionadas.

Com a finalidade de organizar os trechos das entrevistas, os mesmos foram transcritos em quadros para melhor visualização, tendo nomes dos participantes sido substituídos por letras com identificação prévia antes de seu cargo profissional no local.

A análise destes trechos foi realizada a partir do material teórico elaborado ao longo deste trabalho, sendo que, ao término do trabalho serão feitas as considerações finais em relação a todo o estudo realizado.

O tratamento dos procedimentos éticos foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, cujos termos de compromisso encontram-se anexos ao fim deste trabalho (Anexos B e C).

2 DEFICIÊNCIAS: CONCEITO E DEFINIÇÃO

Definição e conceito são totalmente distintos. Durante muito tempo, “O conceito de deficiência passou de uma definição generalizada, na qual todo deficiente era considerado louco, oligofrênico e idiota, para uma definição mais específica” (GODOY, 1999, p.13).

Um artigo elaborado por Amiralian (2000), informa que, na Assembléia de 1976, a Organização Mundial da Saúde (OMS), elaborou uma nova conceituação: a *International Classification of impairments, disabilities, and handicaps*, (ICIDH) cuja tradução para a língua portuguesa é: Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), publicada em Portugal, em 1989.

Naquela época, a proposta da OMS era elaborar uma linguagem comum e específica, visando superar mal entendidos entre profissionais, viabilizar e executar ações, etc.

Esta classificação distingue os termos “deficiência”, “incapacidade” e “desvantagem”, sendo que cada uma diz respeito a situações na vida do indivíduo.

Assim, deficiência, incapacidade e desvantagem são na respectiva ordem:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma habilidade considerada normal para o ser humano. Surge como conseqüência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma

deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais (AMIRALIAN et al., 2000, p.98).

De acordo com os autores mencionados acima, a CIDID evitou utilizar palavras repetidas para designar deficiências, incapacidades e desvantagens. A CIDID considerou, para assinalar deficiência, o uso de um adjetivo ou substantivo, para incapacidade, um verbo no infinitivo e para desvantagem um dos papéis de sobrevivência no meio físico e social.

Seguindo o esquema proposto pela CIDID, poderia explicar a deficiência auditiva, por exemplo, da seguinte forma: há a incapacidade de ouvir e uma desvantagem na orientação. Na deficiência visual, surge a incapacidade de enxergar e desvantagem na orientação. Na deficiência física, a incapacidade de andar, locomover, na destreza de movimentos e a incapacidade na independência física. E na deficiência intelectual ou mental, a incapacidade de aprender, memorizar, relacionar-se etc. e a desvantagem na capacidade ocupacional e na integração social (AMIRALIAN et al., 2000).

Todavia, este modelo trouxe inúmeras discussões e reflexões de profissionais acerca da terminologia empregada pela CIDID. Dentre essas discussões, Amiralian (2000), enfatiza a idéia de que “[...] a linguagem estaria tão ligada às condições filosóficas e políticas da sociedade, quanto a geografia e o clima”.

Isso quer dizer que, nesse formato gramatical, corre-se o grande risco de estigmatizar e “metabolizar” o preconceito na corrente sanguínea da sociedade. Assim sendo, sugere-se o seguinte modelo para reverter o estigma:

[...] contextualizar a relação com o nosso corpo e com nossas deficiências, realizando uma mudança não nos termos, mas na gramática: nomes e adjetivos igualariam o indivíduo a deficiência. Por exemplo, inválido e deformado tenderiam a desacreditar a pessoa como um todo; posições desprezariam relações e encorajariam a

separação entre a pessoa e a deficiência, por exemplo um homem com deficiência; os verbos na voz ativa seriam preferíveis aos verbos na voz passiva, por exemplo: um homem usando cadeira de rodas seria melhor do que um homem confinado a uma cadeira de rodas; também o verbo “ser” seria mais prejudicial do que o “ter”, por exemplo: “ele tem uma incapacidade” preferivelmente a “ele é incapacitado” (AMIRALIAN et al., 2000, p.100).

Mazzotta (2002, p.20) lembra que: “As principais críticas ao manual da CIDID referem-se à sua vinculação ao modelo médico e conseqüentemente ao diagnóstico médico”.

Neste sentido, Amiralian (2000), chama a atenção para o fato de que este modelo ainda fica atrelado aos estereótipos médicos, no que se refere aos procedimentos de reabilitação. Desta forma, sugere-se seja adotado o modelo social, que:

[...] se fique atento às barreiras sociais que não estão, necessariamente, relacionadas à deficiência, mas a preconceitos, estereótipos e discriminações. Tais questões só serão enfrentadas a partir de uma ampla discussão da sociedade, permitindo uma reflexão sobre a forma de agir com relação à diferença (AMIRALIAN et al., 2000, p.101).

Em consonância às profundas discussões acerca das terminologias empregadas na CIDID, Charpentier e Aboiron (2000, apud MAZZOTTA, 2002, p.21), esclarecem que a CIDID já estava sofrendo processo de revisão por vários colaboradores de diversos países e destacavam que um ponto essencial seria evitar toda terminologia negativa.

Certamente, com as reflexões propostas por numerosos colaboradores, em 2001, a partir da realização da 54ª Assembléia Mundial de Saúde, nasceu a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que também foi desenvolvida pela OMS.

A CIF é uma revisão da CIDID e deixa de ser uma classificação de “conseqüência da doença” para uma classificação de “componentes de saúde”. A proposta da CIF é adequar uma linguagem unificada e padronizada, englobando

todos os aspectos da saúde humana, definindo os componentes de saúde como ouvir, andar, enxergar, etc. e outros componentes de bem-estar relacionados com a saúde como, por exemplo, educação, trabalho, cultura, etc. Como é um instrumento de classificação da OMS, a CIF agrupa diferentes domínios e leva em consideração as condições peculiares do estado de saúde de uma pessoa.

Desta maneira, diz a CIF que funcionalidade: “é um termo que engloba todas as funções do corpo, actividades e participação” (OMS, 2004, p.07). E de maneira semelhante, incapacidade: “é um termo que inclui deficiências, limitação da actividade ou restrição na participação” (OMS, 2004, p.07). Vale lembrar que a CIF considera os fatores ambientais como elementos que proporcionam diferentes contextos, permitindo ao usuário diferenciar os perfis úteis da funcionalidade, incapacidade e saúde, em diferentes situações.

Dentre as ferramentas de aplicação da CIF, todas de grande relevância, faz-se presente neste trabalho sua proposta de subsidio ao planejamento de legislações internacionais ou nacionais, projetos de políticas sociais e sua utilização como uma ferramenta pedagógica, apontando a elaboração de programas educacionais, visando o progresso da conscientização e das ações sociais. Desta forma, a CIF tem dentre suas metas, ampliar a igualdade de oportunidades baseada nos princípios dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

A CIF define estruturas do corpo como “(...) partes anatômicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes” (OMS, 2004, p.96). E, deficiências: “são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (OMS, 2004, p.96).

A CIF elaborou dois qualificadores e disponibilizou um terceiro qualificador como sugestão disponível para consulta no documento. O primeiro qualificador diz

respeito a uma escala que vai de 0%, significando a ausência de uma deficiência a 100% significando deficiência total ou grave.

O segundo qualificador é utilizado para indicar a natureza da alteração na estrutura corporal correspondente. Também é medida em escala, porém esta escala utiliza algarismos que vão do número 0, que indica ausência ou nenhuma deficiência, ao número 9 que significa “não aplicável”.

Como vimos anteriormente, a CIF se tornou uma ferramenta extremamente aliada a uma proposta que visa os componentes de saúde e a vida social do indivíduo. Sendo assim, faz-se necessária atenção especial para alguns destes componentes presentes neste instrumento, indispensáveis em seu critério de classificação e bem-estar na vida do indivíduo, são eles os componentes de *atividade e participação*.

Os domínios dos componentes de atividade e participação estão inseridos na totalidade das áreas vitais. Por áreas vitais entende-se desde a aprendizagem básica ou a observação, até as ações mais complexas, como o estabelecimento das relações com outras pessoas e de trabalho.

Por *atividade* entende-se a execução ou ação de uma tarefa pelo indivíduo e *participação* é seu envolvimento em uma situação da vida real (OMS, 2004). Nestes dois componentes, são analisados os qualificadores de desempenho e capacidade, a partir dos domínios que envolvem as ações cotidianas do indivíduo, como a aprendizagem e aplicação dos conhecimentos, as tarefas, sua comunicação, mobilidade e auto cuidado, seus fazeres domésticos, as interações sociais e relacionamentos interpessoais.

O qualificador de desempenho descreve o que uma pessoa faz em seu ambiente habitual. Situam-se nesse conjunto as experiências vividas pelo indivíduo,

em seu contexto social e leva em consideração o envolvimento do indivíduo nas situações da vida, bem como em suas experiências vividas.

Desta maneira, a CIF não traz para a discussão, apenas a deficiência do indivíduo e seu contexto social externo, mas: “[...] todos os aspectos do mundo físico, social e atitudinal [...]” (OMS, 2004, p.17).

Já o qualificador de capacidade não descreve apenas as aptidões que um indivíduo tem para executar uma ação ou atividade, mas considera fundamentalmente as condições ambientais existentes que podem neutralizar ou não os impactos de sua interatividade com o meio.

O sentido do termo “neutralizar” refere-se à condição de padronização do ambiente e, desta forma, avalia a capacidade plena do indivíduo, ajustada ao ambiente.

Diz a CIF que este ajustamento deve ser uniforme, ou seja, o mesmo para todas as pessoas, em todos os países, para permitir que comparações internacionais sejam feitas. O objetivo desta proposta é oferecer análises daquilo que pode ser feito no ambiente do indivíduo, visando melhorar seu desempenho.

A CIF considera de forma muito relevante, os fatores ambientais que, assim como os outros fatores, são primordiais na vida da pessoa com deficiência.

Em face da importante consideração que a CIF faz em relação ao fator ambiental, foi elaborado um componente próprio para tratar desta esfera social, chamado de Fatores Contextuais.

Os fatores contextuais representam toda a história de vida de uma pessoa. Incluem-se tanto os fatores ambientais e os pessoais. Os fatores ambientais dividem-se em dois níveis distintos, o individual, que é aquele ambiente imediato do indivíduo, caracterizado pelos espaços do domicílio, escola e trabalho, incluindo as

características físicas e materiais, bem como as pessoas que compõe cada um destes cenários, como a família, colegas de trabalho e escola e outras pessoas que usufruem os mesmos espaços (OMS, 2004).

O outro nível é o Social e este, por sua vez, representa as:

Estruturas sociais e informais, serviços e regras de conduta ou sistemas na comunidade ou cultura que têm um impacto sobre os indivíduos. Este nível inclui organizações e serviços relacionados com o trabalho, com actividades na comunidade, com organismos governamentais, serviços de comunicação e de transporte e redes sociais informais, bem como, leis, regulamentos, regras formais e informais, atitudes e ideologias (OMS, 2004, p.19).

Já os fatores pessoais dizem respeito ao histórico de vida particular do indivíduo e seu estilo de vida, que não fazem parte de uma condição ou estado de saúde. Incluem-se neste critério a idade, sexo, raça, hábitos, maneiras de enfrentar problemas, educação recebida e nível de instrução, profissão, caráter, comportamento, antecedentes sociais. Apesar de não serem classificados pela CIF, os fatores pessoais são citados para mostrar a sua contribuição na possível influência dos resultados em intervenções realizadas.

Percebe-se que a CIF traz para o mundo social e pessoal do indivíduo com deficiência, uma enorme contribuição sobre importantes e diversos aspectos da vida. Além da mudança paradigmática em conceber componentes de saúde e qualidade de vida, em detrimento da visão de doença e incapacidade da pessoa com deficiência, a CIF traz à tona elementos intrínsecos da vida social e particular da pessoa com deficiência, tais como: seu comportamento frente a situações do cotidiano, seu histórico de vida e antecedentes, seu caráter, seus vínculos e, sobretudo, suas atitudes frente aos desafios que são colocados na busca pela melhoria de sua qualidade de vida.

A CIF, neste sentido, representa um importante instrumento de referência para consultas e sua aplicação pode ser utilizada para a promoção das mudanças atitudinais necessárias na sociedade e nas pessoas com deficiência ou não.

Destacando a legislação nacional acerca do tema, lembra o Governo Federal Brasileiro, através do Ministério da Saúde, que a CIF tem como objetivo geral:

[...] proporcionar uma linguagem unificada e padronizada e uma estrutura que descreva a saúde e os estados relacionados à saúde. Ela define os componentes da saúde e alguns componentes do bem-estar relacionados à saúde (tais como educação e trabalho) (BRASIL, 2006).

Alguns anos antes da elaboração da CIF, mais precisamente em 1999, foi aprovado o Decreto 3.298/99 que regulamentou a Lei Nº. 7.853/89 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que, dentre alguns objetivos, estabelece diretrizes para atendimento, definições, orientações e direitos para a pessoa com deficiência, embasados, sobretudo, nas recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde. Seu 1º artigo traz um conjunto de orientações que objetivam assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, tais como os direitos à educação, à saúde, à edificação pública, à cultura e outros (BRASIL, 1999).

A definição de deficiência conforme o Decreto nº. 3.298/99, apresentada no Art. 3º é a seguinte:

Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere *incapacidade* para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999).

Mais especificamente na área da deficiência física, o Decreto 5.296/04³ traz a seguinte definição de deficiência física:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (BRASIL, 2004).

Este mesmo decreto, diz que pessoa com mobilidade reduzida é:

[...] aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

O decreto 5.296/04 dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e veremos mais adiante que este decreto é marco legal para a promoção da acessibilidade em bens culturais imóveis tais como edifícios públicos tombados.

³ Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

3 INCLUSÃO SOCIAL, ESPAÇO, E ACESSIBILIDADE

Esta revisão teórica tem como ponto de partida a abordagem da relação entre espaço, homem⁴ e acessibilidade. Vale lembrar que Santos (1991), em um estudo sobre a relação existente entre espaço e sociedade, faz uma descrição relevante para o presente estudo:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1991, p.26).

Diante da temática dessa pesquisa e parafraseando o autor acima citado, é relevante considerar indissociável a relação entre Espaço e Sociedade, principalmente quando abarca-se a realidade das pessoas com deficiência e sua relação com o espaço físico e social onde os mesmos estão inseridos.

Quando Santos (1991) aborda a interação do espaço com a sociedade e, como resultado disso, o movimento que os preenche sugere, no mínimo, o direito à circulação das pessoas nestes espaços, qualquer pessoa. Porém, sabemos que para as pessoas com algum tipo de deficiência, em muitos casos, a circulação em determinados espaços constituem em grandes problemas para a sua acessibilidade em face dos obstáculos existentes nestes locais, impedindo desta forma justamente o ato que promove a animação no espaço, ou seja, o movimento.

Têm-se discutido muito na atualidade a temática da inclusão social da pessoa com deficiência nos mais diversos espaços de uso comum das cidades e, uma das características que torna importante esta discussão, é o fato de que são diversas áreas do conhecimento que debatem e discutem propostas, legislação e

⁴ Homem aqui visto como indivíduo, mas também como ser social.

aspectos de cidadania para a promoção de uma efetiva e necessária transformação da nossa realidade e em relação no caso do presente estudo, na inclusão de pessoas com deficiência nos diversos segmentos sociais.

As transformações que tem passado a sociedade brasileira nos últimos anos, bem como a necessidade de novas atitudes frente aos novos paradigmas sociais que se instauram, têm colaborado muito para o fortalecimento desta discussão. Alia-se a esta questão a elaboração de normas legais, focadas na perspectiva de inclusão social, baseada nos direitos humanos e no desenvolvimento pleno do cidadão, voltadas, sobretudo para uma grande parcela populacional brasileira que sofre as conseqüências da exclusão social.

Ao longo dos últimos anos, pode-se verificar que as mudanças no Brasil têm sido lentas, porém, gradativamente executadas. Para fins de esclarecimento, têm-se dois grandes acontecimentos ocorridos no país durante os anos 80: o primeiro, em 1984, com o movimento das “Diretas Já”, que culminou com o fim do regime ditatorial, período este marcado pela execução de normas e leis equivocadas no atendimento dos anseios da sociedade, principalmente das pessoas em situação de exclusão como grande parte das pessoas com deficiência. E, em 1988, certamente um grande marco para a democracia brasileira, a promulgação da Nova Constituição Federal, documento este elaborado sob o regime democrático e que, particularmente, no âmbito da educação e cultura, trouxe consideráveis contribuições.

A ocorrência das mudanças políticas no país, com o retorno da democracia nos anos 80 e as mudanças econômicas nos anos 90, refletida principalmente na estabilidade financeira, colaborou para a ampliação dos espaços de discussão dos temas que também são vitais para a vida em sociedade e o exercício da cidadania.

O Brasil, apesar de ter muito ainda o que fazer no âmbito da inclusão social, tem firmado nos últimos anos, como nação democrática, através dos conteúdos presentes em seus textos oficiais e também tem demonstrado que as responsabilidades do sucesso para a inclusão das pessoas excluídas da participação social, política e econômica, se constitui como um desafio de todos.

Vale lembrar que os debates na sociedade que tratam da inclusão social de pessoas com deficiência são motivados a partir das recomendações de órgãos governamentais e da sociedade civil que lutam pela defesa dos direitos humanos. Porém, apesar dos avanços verificados em legislações e das ações sociais concretas a partir de uma maior conscientização dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência, há muito ainda o que fazer, sugerindo a revisão sobre a democratização dos espaços, para que estes se tornem mais acessíveis e/ou com menos barreiras.

Com a finalidade de dispor de recursos legais que garantem a acessibilidade dos espaços para pessoas com deficiência física, pode-se dizer que a Lei 10.098 sancionada em dezembro de 2000, é um grande progresso. Essa lei trata das normas, critérios, planejamentos e outras providências para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência (BRASIL, 2000).

Mas, o que quer dizer a palavra “acessibilidade” em oposição à barreira, obstrução, obstáculo?

Lanchoti (2005, p. 27) diz que:

Falar sobre acessibilidade em termos gerais é compreender a possibilidade do acesso, da aproximação, da utilização, do manuseio de qualquer objeto, local ou condição e, tudo isso, deve ser oferecido com facilidade, não exigindo do usuário um esforço excessivo.

Presume-se que, a partir desse conceito, que a palavra acessibilidade estabelece alguma relação com a idéia de movimento abordada por Santos (1991) e

que o contrário, ou seja, a ausência de acessibilidade, além de conotar a falta de oferta ao acesso, má qualidade àquilo que deseja acessar, ou seja, a possível anulação do movimento, assim como “alguns espaços urbanos, algumas alternativas de transporte, por exemplo, são verdadeiras fontes de insatisfação” (BOADA, 1991, p.19).

Chama atenção para esta discussão, Boada (1991), quando fala sobre algumas ocorrências que interferem na dinâmica social, tais como a economia e o pensamento social, que preocupados com os meios de produção, muitas vezes deixam de lado as necessidades estruturais e a devida adequação dos objetos para uso do ser humano.

Cabe ressaltar que no momento atual, a palavra acessibilidade engloba diferentes sentidos do fazer humano, como acesso a educação, ao lazer, ao esporte, ao trabalho, à cultura, à informática e às tecnologias afins, etc.

Ainda a respeito do espaço como ambiente em que as relações se organizam, lembra Santos (2006, p. 321) que: “Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam”. Tal expressão sugere, no mínimo, a revisão de comportamentos e ações a partir do grande nível de desigualdades e das oportunidades a que estão submetidas as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, em relação aos recursos de acessibilidade.

Desta maneira, temos que fazer um questionamento do nosso estilo de vida e quais são os verdadeiros “movimentos” que realizamos em nossa sociedade que deveria visar em seu âmago o bem-estar de todos.

Boada (1991, p.21) diz que “o espaço, objeto do planejamento, é um intermediador das relações humanas. Os objetos e o próprio espaço mediatizam e condicionam as relações entre as pessoas e das pessoas com elas mesmas”.

Mazzotta⁵, em um dos trechos de seu texto intitulado *Acessibilidade e a indignação por sua falta*, expõe sucintamente a difícil realidade de pessoas com deficiência no convívio social:

As dificuldades e limitações das condições de acesso aos bens e serviços sociais e culturais configuram uma das mais perversas situações de privação da liberdade e de equidade nas relações sociais fundamentais à condição de ser humano (MAZZOTTA, 2006a, p.31).

Pela data da conferência e pelo teor das palavras do autor, pode-se notar que ainda estamos de certa maneira distantes de vencer as barreiras que impossibilitam ou dificultam a acessibilidade para todas as pessoas. Discutir as barreiras de acessibilidade, sejam elas físicas ou atitudinais, ainda requer muita reflexão e discussões em toda a nossa sociedade.

Apesar da velocidade dos avanços científicos e inúmeras conquistas sociais, ocorre na mesma presteza uma situação nefasta de exclusão social que “século após outro, décadas e mais décadas e o problema da exclusão social no Brasil continua presente, a despeito de sua gravidade e das conseqüências para grande parcela da população brasileira” (AMORIM, et al., 2004, p. 9).

A exclusão social é refletida na ausência de oportunidades para amplos segmentos sociais e abordando especificamente no presente trabalho, a ausência de políticas públicas e engajamento social e atitudinal que tornem reais a aplicabilidade das leis existentes em favor das pessoas com deficiência.

As barreiras e dificuldades que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos mais variados espaços, reforçam a idéia de um paradoxo interessante em nossa sociedade livre, ou seja, as pessoas que mais precisam dos recursos de acessibilidade para sua locomoção, por muitas vezes, ficam ausentes

⁵ Texto subsidiário a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. “Acessibilidade: Você também tem compromisso”, realizado em Brasília de 12 a 15 de maio de 2006.

de participações na sociedade. Nesse sentido, Santos (1987, p.17), já nos alertava de que vivíamos uma “mundialização perversa”.

Mazzotta (2006a, p. 31) diz que “não é concebível, pois, defender inclusão social abstraído-se as condições básicas de acessibilidade nos espaços sociais públicos ou que são compartilhados por todos”.

Diante deste contexto, a sensação de incômodo é muito maior do que alívio em relação aos avanços sociais praticados até então. Exemplos de outros processos excludentes não faltam na nossa sociedade.

A História mostra que a sociedade se constituiu alicerçada em profundas desigualdades, condições adversas e discriminação, sobretudo para pessoas com deficiência. Estas marcas profundas remontam períodos longínquos, como, por exemplo, “Na cultura grega, especialmente, na espartana, os indivíduos com deficiência não eram tolerados” (SCHWARTZMAN, 1999, p.03).

Schwartzman cita que, durante a Idade Média, “[...] os portadores de deficiência foram considerados como produto da união entre uma mulher e o Demônio. Lutero, que viveu no século XVI, propunha que a criança deficiente e sua mãe fossem queimadas [...]” (1999, p.04).

Mais especificamente no Brasil, viajantes estrangeiros que visitaram o país, em diferentes épocas, relataram em diários, a presença de pessoas com deficiência que encontraram por aqui. Claude Lévi-Strauss, durante a sua expedição a um dos locais mais distantes e remotos do Brasil, relata o encontro com uma aldeia indígena na qual observou a existência de dois índios que provavelmente adquiriram a deficiência física a partir do contato com alguma doença do homem branco. O momento desse encontro é relatado da seguinte forma pelo autor:

Nesse total, havia, aliás, dois paráliticos dos membros inferiores: uma moça que se sustentava em dois bordões, e um homem,

também moço, que se arrastava pelo chão como um mutilado. Seus joelhos eram salientes, em cima das pernas descarnadas, inchados na face interna e como que cheios de serosidades; os artelhos do pé esquerdo eram inertes, ao passo que os do pé direito tinham conservado a mobilidade. No entanto, os dois aleijados conseguiam se locomover na floresta, e até fazer, com aparente facilidade, longos percursos. Seria a poliomielite ou outro vírus? (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 327).

A literatura brasileira, consagrada por grandes autores, também apresenta alguns relatos de personagens com deficiência como partícipes de suas tramas. Em uma das maiores obras da ficção literária brasileira, Grande Sertão: Veredas, seu autor, João Guimarães Rosa cria uma personagem de nome “Borromeu”, que era cego. Ao adentrar no grupo de jagunços, estes, atribuíram-lhe a alcunha de “Cego Borromeu”. Nota-se que o “Cego Borromeu” é alvo de gozações de outros homens do seu novo bando, além de demasiada carga estereotipada de homem mítico que levava consigo, pelo fato de ser cego:

Quem era esse Borromeu? Mandei vir. Um cego; ele era muito amarelo, estreito, transformado. – “Responde, tu velho, Borromeu: que é que tu faz?” – Estou no meu canto, cá, meu senhor... Estou me acostumando com o momentozinho de minha morte...”. “[...] Ah, meu senhor, eu sei é pedir esmolas...” Pois, então, que viesse também o Borromeu, viesse. Mandei que montassem o dito num cavalo manso... Alguns riram. E, pelo que riram, de certo não sabiam – que um desses, viajando parceiro com a gente, adivinha a vinda das pragas que outros rogam, e vão defastando o mau poder delas; conforme aprendi com os antigos (ROSA, 1986, p.393).

Já em um capítulo real e muito triste da nossa história, durante o regime escravocrata brasileiro, sabe-se que neste período houve um verdadeiro massacre às populações negras trazidas nos navios tumbeiros da África. Estrangeiros que vinham ao Brasil nesta época, notaram a existência de negros que perambulavam pelas ruas muitas vezes sem os órgãos superiores ou inferiores, em decorrência de acidentes em moendas de cana: “[...] viajantes que passaram pelo Brasil descrevem o grande número de negros com tocos de braços, sem mãos [...]” (CHIAVENATO, 1987, p.130).

Qual é a importância em trazer à tona experiências reais e momentos fictícios que abordam a questão das pessoas com deficiência, sobretudo no Brasil? Em um primeiro momento, é interessante mostrar que a deficiência existe no Brasil já há muito tempo, desde o período escravagista e em outro contexto, mais precisamente verificado em algumas obras literárias, a maneira com que ela é abordada em nossa sociedade, seja a partir do escárnio e demasiada estereotipia como vimos na ficção romancista, seja na vida real a partir de um tremendo processo excludente das pessoas com deficiência na sociedade.

Em muitas situações a ficção se assemelha a realidade. A exclusão das pessoas com deficiência nos espaços e na sociedade é perceptível e real. Para constatar essa realidade, basta observar a presença de muitas pessoas com deficiência visual pedindo esmolas nas ruas, ou pessoas com deficiência física em cadeira de rodas pedindo dinheiro aos motoristas em semáforos.

Nota-se que na ausência de planejamentos que busquem dar um sentido de pertença social às pessoas com deficiência, nos resta o resultado desta triste equação difícil de resolver que nivela para baixo a idéia de um espaço ordenado a um homem valorizado.

Este tipo de cisão social não é mais tolerável em virtude de tamanha bagagem de conhecimento conquistado pelo ser humano ao longo dos anos. Ao mesmo tempo em que buscamos enquadrar o “ser” em sua totalidade, a realidade mostra este “ser” ainda fragmentado, sobretudo pelas discrepâncias sociais existentes.

Se quisermos a efetivação do exercício da cidadania no espaço social, o mesmo só pode ser preenchido por um homem satisfeito e realizado em seus anseios, pois é neste espaço circulante, que dá forma e sentido às coisas, que a

pessoa com deficiência verá no horizonte mais próximo possibilidades concretas de inclusão social possível.

3.1 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

A inclusão das pessoas com deficiência na educação, não é um movimento isolado dos demais, mas significa um passo a mais para a inclusão social da pessoa com deficiência e quando falamos em inclusão na educação da pessoa com deficiência, as ações e as atitudes requerem amplo esforço de toda a sociedade em que este indivíduo vive, o que significa em grandes desafios a serem superados por todos os brasileiros.

Com a análise de parte da teoria existente e de textos legislativos, será verificado como se tem construído no Brasil, o desafiante caminho da inclusão da pessoa com deficiência na educação, sobretudo quando esta proposta esbarra em questões atitudinais, políticas ou pelo fato do desconhecimento das pessoas em geral.

Para fins de esclarecimentos, será empregado como marco oficial o ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição, porém para fins de contextualização histórica, serão mencionados documentos legais, anteriores a esta data.

A realidade da educação para pessoas com deficiência esteve e ainda está, nos dias atuais, muito dependente da existência de escolas especializadas e/ou classe de educação especial na rede regular de ensino. Diz Mazzotta (1982, p.49)

que a “escola especial ou escola de educação especial é aquela organizada para atender exclusivamente alunos classificados como excepcionais. Não atende, portanto, alunos considerados “normais””.

No âmbito do atendimento de alunos com deficiência, a rede regular de ensino traz: “A classe especial, instalada em escola comum, é caracterizada pelo agrupamento de alunos classificados como da mesma categoria de excepcionalidade, que estão sob a responsabilidade de um professor especializado” (MAZZOTTA, 1982, p.48).

Particularmente no domínio da classe especial, verifica-se que estes espaços são caracterizados pela existência de salas e professores especializados para ensinar os alunos com deficiência. Em muitos casos, os alunos com deficiência, ficam isolados do convívio social escolar com os demais alunos e pessoas que não pertencem à categoria que os intitula como pessoas “especiais” e, em muitas situações, ficam literalmente segregados em seus “espaços especiais” existentes na escola. Vale lembrar que neste aspecto, ocorre um paradoxo, uma vez que a instituição escola é um dos espaços mais importantes na vida de um ser humano para adquirir aprendizado e a realização de experiências sociais entre as mais diferentes pessoas em seus contextos.

Além do isolamento e do aspecto segregador que os alunos com deficiência vivenciam em um ambiente escolar desta natureza, estas pessoas acabam sofrendo as conseqüências do estigma em decorrência de suas diferenças, principalmente na atribuição de valores que rebaixam qualquer possibilidade de desenvolvimento de potencialidades e superação das dificuldades, pois as condições pré-estabelecidas pela estrutura educacional segregadora, já impõem a este aluno, o *status* de inferioridade por sua diferença.

Desta forma, surge então, com freqüência, a necessidade de atendimento especializado assistencial para dar respostas à sua deficiência e não o atendimento educacional focado no aprendizado e no aprimoramento de suas potencialidades que precisam ser desenvolvidas, assim como é proposto para qualquer outro aluno.

Pois bem, entender os anseios e os motivos que levaram a sociedade e o governo, ao incentivo e fortalecimento das escolas especiais e das classes especiais na rede regular de ensino para o atendimento educacional das pessoas com deficiência, é um fator primordial para a compreensão do crescente desejo de mudanças deste *status* e que a sociedade atual solicita, baseada, principalmente no desejo de inclusão educacional para as pessoas com deficiência.

Em um primeiro momento, podemos recorrer, a fatores culturais que caracterizavam os costumes e a maneira de agir do homem de uma determinada época. É de conhecimento, que ao longo da história, crianças com deficiência eram mortas ou abandonadas à própria sorte. Em muitas situações, a criança com deficiência, sequer chegaria à idade escolar, em virtude dos serviços de saúde e crenças existentes em uma determinada época.

Mais especificamente no Brasil, o atendimento escolar especializado passou a existir a partir da metade do século XIX e, desde então, de acordo com Mazzotta (2005a), inúmeros locais de atendimento escolar especializado para as pessoas com deficiência, foram criados no país. O autor ainda afirma que “a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade” (MAZZOTTA, 2005a, p.15).

As conseqüências do processo de industrialização no Brasil, principalmente nos anos 50, fortalece a idéia de uma educação voltada para atender a crescente demanda de mão de obra, que se expandia rapidamente. De acordo com Carvalho

(1997), a educação brasileira durante as décadas de 60 e 70, sofreu forte influência desta tendência focada no mercado de trabalho.

Neste quadro, que condiciona a educação como preparo do indivíduo para as exigências do mercado de trabalho e a competição acirrada na busca de resultados, dificilmente abriria para as pessoas com deficiência, as mesmas oportunidades de dividir os espaços da escola com os outros alunos. Isto reforçava a idéia de exclusão das pessoas com deficiência dentro de um sistema inclusivo em que se configura a escola por natureza.

E, ao tratarmos deste período, é fundamental retomarmos aqui dois dos principais marcos legais na esfera da educação brasileira na época. Na década de 60, lembra Mazzotta (2005a), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 4.024/61, que dentre suas orientações para o atendimento dos alunos “excepcionais”, traz no Artigo 88, que o atendimento educacional deste alunado deveria estar inserido no sistema geral de educação.

Muitas dúvidas e questionamentos incorreram a respeito da orientação dada pelo Artigo 88, e de acordo com Mazzotta (2005a), destaca-se, a de que quando o aluno não se enquadrar neste “sistema geral”, haveria um atendimento especial. Ou ainda, se haveria sistemas comuns e especiais de educação.

A mesma Lei 4.024/61, através do Artigo 89, estabelecia a destinação de verbas públicas para a iniciativa privada e/ou instituições voltadas para o atendimento educacional de pessoas com deficiência. Diante deste fato, percebe-se que o Estado reforçava a transferência de recursos públicos e responsabilidades que deveriam ser sua para a iniciativa privada, neste caso, o atendimento educacional para pessoas com deficiência.

Percebe-se que a LDB de 1961 deixou marcas profundas no processo educacional brasileiro, sobretudo na perspectiva da educação para as pessoas com deficiência, como destaca Kassir (1998):

“Essa lei imprime uma marca que ainda hoje está presente nas políticas e propostas educacionais para os portadores de deficiências. Essa "marca" manifesta-se em seu discurso que pode ser visto como ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que propõe o atendimento "integrado" na rede regular de ensino, delega às instituições sob administração particular a responsabilidade de parte do atendimento, através da "garantia" de apoio financeiro”.

O outro marco legal daquele período e que tratou da educação para pessoas com deficiência foi a Lei 5.692/71, que traz no Artigo 1º, como objetivo geral de sua ação, a seguinte redação: “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”⁶.

O Artigo 9º desta lei causou muitas discussões e inúmeros debates por parte dos educadores e pesquisadores. Traz este artigo a seguinte redação:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (2007).

Destaca Carvalho (1997), que dentre os desentendimentos surgidos a partir da interpretação deste artigo, as pessoas com deficiência visual e/ou auditiva foram incluídas na categoria de deficientes físicos, contrariando as classificações usuais que os insere na categoria de pessoas com deficiência sensorial.

Além disso, houve a inclusão dos alunos com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula pelo fato de apresentarem distúrbios de aprendizagem, sem serem necessariamente pessoas com deficiência, sendo constatado mais tarde

⁶ A consulta à Lei 5.692/71, bem como a utilização de seus artigos foi efetuada no site: <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/5/57/> Acesso em: 18 Fev. 2007.

o indevido encaminhamento para as classes especiais de alunos defasados na relação idade/série.

Ao longo dos anos, o que pode ser observado e constatado, é um gradativo aumento dos espaços de atendimento educacional de forma especializada, com destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, amparados pela legislação, além do isolamento e segregação de alunos em classes especiais, nos casos em que estas pessoas foram matriculadas na rede regular de ensino.

Neste caminhar histórico, a década de 80 reserva em escala mundial, um evento de grande relevância e importância no âmbito dos direitos humanos e exercício da cidadania para as pessoas com deficiência. A Organização das Nações Unidas (ONU) proclama o ano de 1981 como: “O Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, contribuindo significativamente para a união de forças e expansão em todo o planeta de movimentos organizados em prol dos direitos das pessoas com deficiência.

Com idéias opostas às condutas e decisões políticas praticadas até então, quando as pessoas com deficiência ficavam na maioria das vezes marginalizadas das decisões políticas que as incluíam como cidadãos, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, se tornaria um marco de mudanças conceituais e atitudinais em diversos segmentos sociais, sobretudo no entendimento que reforça a idéia de que as pessoas com deficiência são cidadãos e devem participar mais ativamente da vida em sociedade.

O retorno do regime democrático nos anos 80 e a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, abriram perspectivas de novas idéias de valorização da educação brasileira e inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino.

Dentre as contribuições da Constituição de 1988, pode-se destacar o texto do Artigo 227, que dá as garantias do direito à educação e cultura a todas às pessoas. Cabe ressaltar que este artigo não traz apenas para o Estado a responsabilidade da garantia destes direitos, e sim um dever envolvendo a família e toda a sociedade.

No âmbito das garantias legais para o acesso à educação, o Artigo 205 aborda a educação como elemento que visa o desenvolvimento pleno da pessoa, para o preparo pleno do exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho. O Artigo 206 traz os princípios que nortearão o ensino e nos incisos I e IV, estabelece a igualdade de condições para o acesso e a gratuidade do ensino público, respectivamente. O Artigo 208 estabelece que a educação seja dever do Estado e, no Inciso III deste artigo, deixa claro que este dever ocorrerá mediante a garantia de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2007).

O Artigo 208 no Inciso III, traz algumas dúvidas e requer um pouco mais de atenção. Está contido neste inciso a garantia para a pessoa com deficiência o atendimento educacional especializado, dando preferência à rede regular de ensino. Mas o que seria este atendimento educacional especializado, sobretudo na rede regular de ensino? Diante deste questionamento, o Inciso III do Artigo 208, abre campo para a idéia defendida por Mazzotta (2005a), quando diz que em algumas situações escolares, pode haver a necessidade de significativas intervenções, com a inclusão de recursos diferenciados ou mesmo especializados ao atendimento apropriado às necessidades educacionais de alguns alunos.

Pode-se verificar que a Constituição de 1988 abre uma perspectiva de inclusão educacional e universalização do acesso à educação, focada no

desenvolvimento humano e na inclusão social, criando desta maneira oportunidades para todas as pessoas com ou sem deficiência e aproximando-as de seus direitos fundamentais e comuns a todos os cidadãos.

Por outro lado, percebe-se que a Constituição de 1988, propõe como idéia para o enfrentamento das questões sociais mais complexas, a realização das parcerias com a iniciativa privada, especialmente no que se refere ao atendimento educacional para pessoas com deficiência. Desta maneira a:

A educação especial assumiu na política educacional brasileira um caráter assistencial que tem sido um de seus grandes entraves. É nítido o fortalecimento dos atendimentos através de organizações privadas sem fins lucrativos, filantrópicas e assistenciais, bem como as suas interferências nas decisões do poder estatal, marcando o pensamento hegemônico na constituição das políticas públicas na área (SILVA, 2003, p. 81).

Verifica-se que outros marcos legais que abordam a educação para as pessoas com deficiência, aprovados após a nova Constituição de 1988, seguem a idéia de universalização do acesso à educação para todas as pessoas, sinalizando assim um caminho aberto para a inclusão educacional das pessoas com deficiência.

Dentre estes marcos legais, a Lei Nº. 7.853/89, que em seu escopo de garantias para as pessoas com deficiência, traz para a área da educação, a inclusão no sistema educacional a partir da matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimento públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino, bem como a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino.

Já em 1993, é aprovado o Decreto 914/93 que Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e no Artigo 5º, inciso III do Capítulo III, que trata das suas diretrizes, aborda a inclusão das pessoas com deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas

governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, lazer, transporte e outros.

O Decreto 914/93, no Artigo 6º do Capítulo IV, faz menção para a integração de setores públicos e privados na promoção da educação, saúde, transporte, trabalho, etc., na prevenção e eliminação das deficiências e suas múltiplas causas.

Em 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394/96, que dentre algumas de suas características, oferece flexibilidade e abertura a algumas inovações, sobretudo para a preferência na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino através de sua integração em classes comuns.

A nova LDB de 1996, também assegura aos alunos com deficiência, a elaboração de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, por parte dos responsáveis, para atender às suas necessidades, bem como a capacitação de professores para a promoção da integração destes educandos em classes comuns da rede regular. Cabe ressaltar que a LDB traz no Artigo 58, desde que necessário, a execução de serviços de apoio especializado e também não sendo possível a integração do aluno com deficiência na escola, o seu encaminhamento para o atendimento especializado.

A LDB propõe ainda que, União, Estados e Municípios trabalhem em conjunto na formulação das diretrizes dos currículos para todas as etapas da educação regular compreendidas pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com a finalidade de assegurar a formação básica comum a todos os cidadãos.

Em consonância a proposta desta pesquisa, em 2000, é aprovada pela Secretária da Educação do Estado de São Paulo, a Resolução SE Nº. 95/00,

documento este baseado em dispositivos da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, entre outros, que: “dispõe sobre o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas” (São Paulo, 2000).

A Resolução SE Nº. 95/00 estabelece que o atendimento educacional de pessoas com deficiência deve ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino, em classes comuns e que a integração, bem como a permanência e o sucesso escolar representam a alternativa mais eficaz no processo de atendimento desse alunado.

Lembra a Resolução SE Nº. 95/00, que os paradigmas atuais de inclusão exigem a reorganização da educação especial visando à ampliação dos serviços de apoio especializado e a renovação dos projetos pedagógicos e metodologia de trabalho das classes especiais, porém, frisa que:

“Os alunos que apresentarem deficiências com grau severo de comprometimento, cujas necessidades de recursos e apoios extrapolem, comprovadamente, as disponibilidades da escola, deverão ser encaminhados às respectivas instituições especializadas conveniadas com a SE” (São Paulo, 2000).

Com a finalidade de acompanhar os marcos históricos e também a construção teórica que culminam nas transformações sinalizadas pelo presente, quero chamar atenção para a exposição de um conceito amplamente discutido por educadores e demais profissionais que discutem a educação para as pessoas com deficiência.

Nos anos 70, teve início uma terminologia que foi muito difundida no sistema educacional brasileiro, o conceito de integração escolar, que:

[...] foi elaborada em 1972, na Educação Especial, por um grupo de profissionais da Escandinávia, liderados por Wolfensberger, na forma do chamado *princípio da normalização*. Este princípio apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na

sociedade em que vivem. Dito de outra forma, normalizar não quer dizer tornar normal, significa dar à pessoa oportunidades, garantindo seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade (BATISTA; ENUMO, 2004, p.101).

Com a intenção de clarificar o conceito de integração, há estudiosos que tem apontado que o atendimento do aluno com deficiência envolve três dimensões da integração. De acordo com Mazzotta (1982), as dimensões que envolvem a integração são a física, a funcional e a social.

Mazzotta (1982) expõe que a integração física está mais diretamente ligada à redução da distância física, temporal e espacial da pessoa com deficiência daquela sem deficiência. Quanto maiores forem as oportunidades de convivência dos alunos com deficiência com os alunos sem deficiência, melhores serão os resultados integradores, completa o autor.

Para Mazzotta (1982), a integração funcional refere-se aos equipamentos e recursos educacionais, que, na medida em que forem sendo utilizados pelos alunos com e sem deficiência, maior será a integração funcional.

E, por fim, a Integração Social, de maior amplitude, cujos limites não ficam somente na esfera física, tampouco funcional. Na integração social entram em cena fatores subjetivos como a questão atitudinal tanto da pessoa com deficiência, a partir das suas ações como cidadão participativo, quanto das pessoas que estão ao seu redor, com a aceitação, comunicação e assimilação. A integração social implica na diminuição das distâncias sociais que separam as pessoas com deficiência do convívio e da participação ativa na sociedade, juntamente com todas as outras pessoas e situações de sua realidade social.

Sobre Integração Social, aponta Mazzotta (1982, p.44), que “[...] essa integração supõe a mesma possibilidade de acesso aos recursos sociais que os

outros, a mesma possibilidade de modificar sua situação, de desempenhar um papel produtivo e de fazer parte de uma comunidade social”.

No entanto, Mazzotta (1982, p.42), chama atenção a respeito da integração, quando afirma que:

De uma forma errônea, tem sido comum nos meios educacionais pensar-se na integração e segregação do aluno apenas em relação à presença física do aluno excepcional no ambiente onde se encontram os que não tiveram tal classificação. Entretanto são muito mais complexos os aspectos envolvidos nesta questão do que simplesmente a proximidade ou distância física ou espacial entre os alunos excepcionais e “normais”.

Batista e Enumo (2004) dizem que o termo integração começou a perder força a partir do final dos anos 80, sendo substituído pelo termo inclusão que é mais amplo dentro sua proposta de acesso à educação para a pessoa com deficiência, uma vez que dependendo do uso de sua abordagem, pode sugerir a inclusão incondicional da pessoa com deficiência na escola, colocando uma grande carga de responsabilidade sobre a escola e neste aspecto, abstrai-se: “[...] a característica da escola como instituição condicionada e regulamentada para o cumprimento de determinada função social” (MAZZOTTA, 2006b, p.02).

No início deste capítulo foi dito que a inclusão escolar é um desafio de nosso tempo, isto devido aos muitos fatores implicados, que envolvem desde recursos materiais, tais como, financeiros, adaptações necessárias, mas também recursos de ordem não material como, conceituações acerca de seu significado, as atitudes das pessoas nas mais diferentes situações, esclarecimentos necessários, na vontade política, dentre outros.

Lembra Mazzotta (2005b) que inclusão é a convivência respeitosa de uns com os outros, sendo essencial que cada indivíduo possa se constituir como sujeito e desta forma não seja equiparado a algo ou objeto.

Para Della Torre (1972), a educação por si só já é um processo inclusivo. A autora nos alerta ainda que: “é verdade que é utopia pensar que todos os problemas sociais se resolvem pela educação, mas é certo que ela representa, pelo menos, condição indispensável para resolvê-los” (DELLA TORRE, 1972, p. 39).

A inclusão escolar baseia-se no respeito ao direito a educação, mas também no respeito às diferenças de cada pessoa que usufrui o espaço comum chamado escola. Inclusão não é apenas a efetivação da matrícula de alunos com deficiência na rede regular de ensino, inclusão sugere algo maior que a presença física de alunos com deficiência na escola, mas a clareza para as transformações necessárias, tanto no ambiente físico, quanto nas questões atitudinais dos profissionais envolvidos com esta temática.

O respeito à condição humana de cada um vai ao encontro de que todas as pessoas são diferentes uma das outras e ninguém precisa ser rotulado como “especial”.

Este esforço requer também empenho e vontade de mudança das atitudes da própria pessoa com deficiência, de seus familiares, sobretudo no enfrentamento das dificuldades e barreiras psicológicas, na clareza e reconhecimento de seus direitos, mas também em seus deveres como cidadão que pode e deve participar do meio social em que vive.

A efetivação das mudanças necessárias, não parte de uma única via que geralmente é de fora para dentro, mas fundamentalmente da vontade do indivíduo em buscar seu espaço no meio em que vive.

Acima de tudo, o respeito pelo ser humano, bem como a sua condição social, física ou mental, estão acima de quaisquer atitudes segregacionistas advindas por estes ou outros motivos. A abertura para as mudanças de atitudes visa

extinguir comportamentos e costumes das pessoas que vêm nas pessoas com deficiência um “problema” a mais para a escola e para a sociedade e inclusão sugere, ao contrário disto, mostrar que as diferenças existem e precisam ser respeitadas em todas as suas condições.

O conhecimento de novas abordagens, bem como a necessidade de novas atitudes e novos recursos são os desafios saudáveis propostos pela inclusão escolar, colaborando desta forma, em uma educação focada ao atendimento de todas as pessoas. Neste sentido, o Artigo 227 da Constituição de 1988, quando diz que a sociedade também deve se envolver para garantir a educação com qualidade para todos os alunos, não deixa de ser um grande avanço para a realidade educacional brasileira.

3.2 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA CULTURA

O homem, através dos tempos, desenvolveu diversas maneiras de expor seus sentimentos, suas manifestações criativas, interpretações do mundo, seu estilo de vida. Esses e outros movimentos foram consolidando o que hoje chamamos de cultura humana.

A palavra cultura também está ligada à própria sobrevivência do homem no planeta. A partir do momento em que o homem passou a cultivar o conhecimento que adquirira e empregá-lo em novas técnicas de domínio da natureza, a este conhecimento foram atribuídos significados e técnicas, que por sua vez, possibilitaram manejar o espaço e os elementos disponíveis no planeta.

O leque de abordagens que envolvem a palavra “cultura” é muito grande; para o presente estudo, será dada atenção a apenas alguns destes elementos, sobretudo o que envolve diretamente o homem e sua relação com a cultura e, neste aspecto, diz Ribeiro (2005), que existem dois tipos de cultura, um tipo é aquele que se refere às pessoas cultas, que possuem muito conhecimento e são muito inteligentes, pois buscam constantemente novas informações, sendo que essas pessoas pertencem de certa maneira a uma elite culta.

E, segundo o autor, há o sentido “antropológico” de cultura, que significa a cultura que dá vida a uma sociedade e, neste sentido, não há diferença entre mais cultos e menos cultos, pois todos, de uma determinada sociedade compartilham seus valores, sua cultura.

Cultura também é a transmissão do conhecimento de uma geração para outra geração e suas formas de manifestação, é algo que se perpetua e se renova de tempos em tempos, como nos estilos de pintura de uma determinada época, na fotografia, arte cênica, música e dança. A todos estes movimentos e inúmeras outras acepções em que incorre o termo cultura, a humanidade está presente. Desta forma, cultura é um aspecto social da vida humana, isto significa que todos os homens já nascem incluídos em uma determinada cultura.

Sendo a cultura um elemento da condição humana, sua incorporação na vida social independe de *status* social, econômico, político ou religioso. Por exemplo, todas as pessoas que nascem no Brasil, nascem em um país que apresenta uma diversidade cultural muito grande e isto faz dos brasileiros uma nação culturalmente muito rica.

Mas, ao mesmo tempo em que nos constituímos como nação com uma diversidade cultural enorme, há, em contrapartida, de acordo com Ribeiro (2005), a

exposição de sua fragilidade, que surge no momento em que nem todas as pessoas têm ou podem ter acesso às manifestações culturais existentes no país.

Em nossa proposta de estudo, focada na inclusão da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida também na cultura, sobretudo em edifícios públicos tombados, a dificuldade do acesso às manifestações culturais, que proporcionaria a esta pessoa, novos aprendizados e a possibilidade de novas experiências em sua vida, é ainda fortemente marcada pela exclusão de sua participação cultural neste meio.

E, havendo a dificuldade para a participação das manifestações culturais as quais todas as pessoas poderiam participar, resulta, de certa forma, no empobrecimento cultural, uma vez que este espaço fica sem a presença de grande parcela da diversidade humana.

Cabe lembrar que criar condições de acesso à cultura, não depende apenas de recursos materiais, como leis, espaços adaptados, transporte, dentre outros, para a promoção de sua acessibilidade, mas também no engajamento de cada pessoa, em suas atitudes e vontade própria, pois como diz Meneses (2002, p.93), “[...] a cultura não é externa aos sujeitos sociais, mas onipresente, incorpora-se à vida social”.

Neste sentido, cultura também significa o movimento individual para a ampliação das experiências e que somadas com as experiências de outras pessoas, fortalece a sua identidade, a maneira de interpretar o lugar em que vive e conhecendo o espaço em que faz parte e atua, percebe que em muitos casos, há necessidade de mudanças necessárias.

Como exemplo disto, podemos citar a existência de espaços culturais tombados que não se adaptaram para o atendimento de pessoas com deficiência.

Exemplos destes espaços não faltam em nosso país, como muitas ruas e calçadas de cidades históricas, igrejas, museus, teatros, dentre outros.

Certamente, os responsáveis podem argumentar que apesar da existência das leis, não fizeram as adaptações devido às condições peculiares do lugar, mas, sobretudo, podem argumentar também, que o local não é freqüentado por pessoas com deficiência, sugerindo assim um paradoxo interessante, pois existe a lei e esta não é cumprida pela ausência de visitantes com deficiência e existe a pessoa com deficiência, mas não freqüenta os espaços culturais de um lugar justamente pela dificuldade de acessibilidade.

Diz a Constituição de 1988, no Artigo 215, que o Estado garantirá às pessoas, o acesso às fontes de cultura nacional. Porém, sabe-se que a acessibilidade aos bens culturais, sobretudo as edificações públicas tombadas, para as pessoas com deficiência física, está ainda distante de uma verdadeira inclusão destas pessoas nos mais diversificados espaços culturais.

3.3 ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO

Elemento fundamental do sentido de espaço público é que seu uso seja voltado para a coletividade. O conceito de espaço público está intimamente ligado à idéia de que as pessoas que vivem em uma cidade, uma vila, um lugarejo, etc., façam uso comum de determinados locais, desde que estabelecidos alguns critérios para seu uso comum. O intuito do espaço público é manter o *status* de espaços voltados para o exercício da cidadania.

Ao contrário do espaço privado, que estabelece regras e condições específicas para seu acesso e circulação, o espaço público sugere a participação popular e a manifestação da vida pública, sem distinção de credo, raça, cor, condição social. Por esfera pública pode-se dizer que é aquela que “[...] reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (ARENDDT, 1999, p.62).

Os espaços públicos propiciam que as pessoas exerçam algumas ações no meio em que vivem. Dentre as quais se destacam a circulação, como caminhar nas ruas e avenidas; o lazer, como freqüentar parques e praças; o acesso a bens e serviços como um sistema adequado de transporte, como ônibus e trens; acesso às instituições educacionais, de saúde, esporte e cultura. Todos estes elementos públicos e muitos outros formam o cenário que culmina na legitimação do exercício da cidadania e do respeito a todas as pessoas em todas as suas condições.

Para compreender como tem sido construído o processo de desenvolvimento da idéia do espaço público, recorre-se a uma análise filosófica e social, com enfoque na *polis* grega e na esfera política, o conceito de república.

Antes de dar início ao contexto histórico que aproximou os homens na busca de um espaço comum voltado para a coletividade, quero enfatizar que “[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDDT, 1999, p.62).

Nossa esfera pública esta intrinsecamente relacionada ao período clássico grego. Neste rico período de nossa história clássica, destaca-se que: “O homem para os gregos, é pleno quando é cidadão. A vida e os paradigmas da vida virtuosa são plenamente sociais, políticos, não individuais” (MASCARO, 2005, p.36).

As atividades comerciais, outrora delimitadas nas áreas rurais e sob controle aristocrático, foram se transformando ao longo dos anos, fazendo com que a sociedade e seu modo de vida adquirissem novos modos de organização, sobretudo na concentração das pessoas em um determinado local, denominado *polis*.

Desta maneira:

A conseqüência de tais alterações para a política se faz sentir de maneira diferente conforme o lugar, mas em Atenas, sobretudo, desenvolve-se a concepção de cidadania e de democracia. Em oposição à idéia aristocrática de poder, o cidadão pode e deve atuar na vida pública independentemente da origem familiar, classe ou função (ARANHA; MARTINS, 1992, p.152).

Esta nova organização política e social reorganizou os espaços, cedendo-lhes agora o *status* de uso comum, visando, sobretudo os interesses coletivos para o exercício pleno da cidadania. Apesar de nem todos usufruírem dos benefícios desta nova concepção política desenvolvida na *polis* como os escravos e estrangeiros, cabe lembrar que, “no entanto, o importante é que se desenvolve uma nova concepção de poder, opondo a democracia, a aristocracia e o ideal do cidadão ao do guerreiro” (ARANHA; MARTINS, 1992, p.153).

Nos domínios da política, temos para o fortalecimento e organização da esfera pública o conceito de República que é uma forma de governo cujos objetivos também estão voltados para o bem-estar da vida coletiva, bem como para o exercício da cidadania. Esta forma de organização política corrobora o sentido político de democracia uma vez que seu representante é escolhido livremente a partir da vontade do povo.

A república passa a ser um sistema político complexo, pois se configura a partir dos ideais de uma grande maioria, que se organiza democraticamente para eleger aqueles que melhor representam o povo e estes irão dar os rumos políticos e sociais a um determinado lugar, por um determinado período, este chamado de

mandato. A origem da palavra república vem do latim, “*Res publica*” e quer dizer “coisa pública”.

A idéia da República está intimamente ligada à idéia de Estado, isto por que:

A definição clássica de Estado é: “o povo politicamente organizado”. À medida que um povo ultrapassa os estágios iniciais de primitivismo, vai constituindo uma organização política, através da institucionalização de órgãos que se diversificam para promover o bem comum (DELLA TORRE, 1972, p. 198).

Em uma referência mais próxima de nosso propósito, temos o seguinte conceito de Estado: “O Estado é, de si, instância delegada, criatura da sociedade a seu serviço. Serviço público seria sua definição, não distante da concepção clássica da *res publica*” (DEMO, 2000, p. 43).

A partir das considerações acerca da coisa pública e seus sistemas de legitimação, outros autores chamam atenção para o fato atual:

O desmoronamento da “coisa pública” e o interesse decrescente dos cidadãos por tudo o que diz respeito à coletividade terminam por criar uma situação onde se oscila entre uma cidadania capenga e uma sujeição plena [...] (ROSENFELD, 1992, p.21).

Certamente, sugere o autor acima mencionado, o fato de viver-se uma crise na identificação daquilo que é o bem público, bem como na legitimação e conhecimento pleno dos direitos e deveres como cidadãos. Esta crise é refletida no modo com que, em muitas situações, trata-se a “coisa pública” nas cidades brasileiras.

Após essas considerações sobre os espaços públicos e seu caráter coletivo, deve-se atentar para o espaço privado, ou algo mais próximo de sua conceituação. Se até então se entende o espaço público como sendo um espaço comum a todos, o espaço privado difere principalmente por caracterizar seu uso estritamente restrito ou particular.

Quando se fala em espaço privado, instantaneamente lembra-se de propriedade privada, ou ainda, a intimidade de cada ser em um espaço que legitima como sendo seu, particular. Como bem coloca Arendt (1999, p.81), “o único modo eficaz de garantir a sombra do que deve ser escondido contra a luz da publicidade é a propriedade privada – um lugar só nosso, no qual podemos nos esconder”, ou seja, a vida privada.

No campo social, sobretudo na realidade brasileira são diversas as análises que aproximam intimamente estas duas esferas espaciais, ou seja, espaços de natureza pública e espaços de natureza privada. Para elucidar melhor isto mais uma vez recorro às sábias palavras de Hannah Arendt (1999), quando diz que:

O que chamamos anteriormente de ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza (ARENDR, 1999, p.78).

Aproximando esta discussão à pesquisa ora realizada, verifica-se que se optou pela escolha de dois espaços públicos para a realização da pesquisa de campo, uma escola e um teatro. Com o apoio em Vaz (2007), é importante destacar que a organização destes espaços pode ser classificada como espaços especializados, pois ambos são institucionalizados, um de caráter educacional e o outro cultural.

Por serem espaços especializados, ambos apresentam determinadas regras, como controle ao seu acesso e freqüência. Para a escola, seu acesso é limitado para funcionários e alunos devidamente matriculados que freqüentarão o espaço educacional por determinado período do dia, ou por determinado período em que as atividades ocorram. Em um teatro, o acesso é voltado para o público que adquiriu o ingresso, os atores e funcionários da instituição.

Percebe-se, com isso, que a existência de critérios para a acessibilidade e permanência de pessoas em um espaço público, faz-se necessária, pois os espaços públicos especializados estão condicionados em um primeiro plano, às suas próprias regras de funcionamento e objetivos e em uma outra esfera, estão a serviço do Estado que é a própria sociedade, que deve zelar por aquilo que é público, portanto de todos.

Desta maneira, o fato de se tratar de um local público, não significa que todos podem usar como quiser. Uma vez público, o espaço é comum a todos, porém, faz-se a necessidade de condicionar seus usuários às regras de funcionamento de cada lugar e assim manter o bom andamento das atividades nestes locais.

Vaz (2007) diz que a acessibilidade define o grau de abertura da área pública. Desta maneira, os outros critérios de acessibilidade para os espaços públicos seriam os “espaços livres”, caracterizado por áreas abertas, sem edificações e destinadas ao uso coletivo. Insere-se neste contexto, a circulação/ transporte, o lazer e a permanência. O espaço livre é caracterizado por usos múltiplos, como praças e vias públicas e existem ainda os “espaços temporariamente livres” ou semi-especializados, como parques e galerias.

Aproximando a teoria da realidade, a prioridade na escolha de espaços públicos e não privados para a realização deste trabalho, justifica-se, sobretudo, devido à importância e à relevância de espaços públicos para a coletividade, para o uso comum e para a realidade brasileira especificamente, quando grande parcela populacional depende exclusivamente de espaços desta natureza na legitimação de seus direitos e deveres como cidadãos em um país que, em face do

desmoronamento da “coisa pública”, o particular e o individualismo têm se destacado drasticamente sobre o coletivo e o público.

4 PATRIMÔNIO CULTURAL E TOMBAMENTO

Com a finalidade de evitar a destruição sistemática e desenfreada por quais passaram inúmeras edificações antigas da cidade de São Paulo, fez-se necessário, a criação de regras específicas e legislações próprias para a defesa de determinados imóveis com valor cultural, arquitetônico e histórico. Para muitas destas construções, cuja finalidade primordial é a sua preservação, é utilizado como recurso público, a abertura de processo de tombamento.

Diz o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão da Prefeitura de São Paulo, que o tombamento se refere a um conjunto de ações governamentais cujo intuito é preservar e evitar que venham a ser destruídos bens de valor histórico, arquitetônico, ambiental, afetivo, dentre outros, com o uso de legislação específica e pode ser destinado a diversos tipos de objetos e/ou regiões, dentre eles, por exemplo, um edifício, florestas, uma cidade, fotografias, livros, obras de arte etc. Uma vez que, determinado objeto passe a representar um bem cultural para a sociedade, este pode vir a se tornar um patrimônio tombado.

O tombamento pode ser realizado pela esfera federal, com legislação específica através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Na esfera estadual, em São Paulo, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, o CONDEPHAAT. E no âmbito municipal, na cidade de São Paulo, o órgão responsável pela preservação dos bens culturais da cidade é o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São

Paulo, o CONPRESP, que está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e tem como órgão técnico de apoio o DPH.

O conjunto de ações que culminam no tombamento de um bem cultural, é regido por legislação específica, visando, sobretudo, a proteção especial desse bem e nesse prisma “o interesse público pela proteção do patrimônio cultural brasileiro fez editar o Decreto-lei 25/37, primeira norma jurídica que dispõe, objetivamente, acerca desta limitação administrativa ao direito de propriedade” (CASTRO, 1991, p.1).

A Constituição de 1988, em seu artigo 216, diz que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p.137).

Se desde que se inicia o instrumento jurídico do tombamento, seu intuito maior é a manutenção deste bem através da sua preservação e aqui, mais especificamente, no objeto desta pesquisa, a proteção de um bem cultural imóvel, como fica a questão das adaptações necessárias para acessibilidade de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida na utilização destes espaços públicos?

Para auxiliar a resposta desta indagação, o IPHAN elaborou a Instrução Normativa nº. 1, de 25 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal e outras categorias. Essa instrução visa dentre outros objetivos:

1 – Estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis especificados nesta Instrução Normativa, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da

sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2003).

A Instrução Normativa nº. 1/03 orienta que, com a finalidade de superar as barreiras para a promoção da acessibilidade, as soluções devem ser compatíveis com o interesse comum da preservação do imóvel. Assim, esta instrução orienta que as intervenções ocorram de forma a assegurar a acessibilidade, mas também que ocorra em harmonia com o conjunto.

Especifica ainda que cada intervenção deva ser analisada como um caso específico, pois se deve levar em consideração a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.

Para fins que atendem o objeto desta pesquisa, a Instrução nº. 1/03 diz que o imóvel não acautelado em nível federal, porém, destinado ao uso público, no qual estiver integrado bem escultórico tombado pelo IPHAN, se sujeita no que couber a esta Instrução Normativa, quando da realização de reformas.

Oportuno lembrar que a Instrução Normativa nº. 1/03, utilizou como referência a Lei Federal Nº. 10.098/00 e a Norma brasileira ABNT NBR 9050:2004.

A lei Nº. 10.098/00, em seu Artigo 1º:

estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

De acordo com essa lei, o planejamento dos espaços de uso público, deve ser concebido de forma a torná-los acessíveis, bem como a efetivação de adaptação necessária nos serviços e mobiliários urbanos que constituem o conjunto de objetos existentes nas vias públicas.

Vale lembrar que a lei Nº. 10.098/00 aplica-se aos edifícios ou imóveis declarados de interesse cultural ou de valor histórico e artístico e abre o precedente

de que para as adaptações que se façam necessárias deverão seguir os critérios específicos das normas reguladoras destes bens.

A lei Nº. 10.098/00 dispõe no seu Capítulo IV, intitulado “Da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo”, a sua recomendação para as novas construções, bem como reformas ou ampliações das construções já existentes, que estas disponibilizem seus espaços de forma acessível às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Para isso essa lei orienta que tanto nas áreas externas como nas internas das edificações deverá haver sinalizações para pedestres, estacionamento próximo ao local de acesso, promover a acessibilidade em pelo menos uma das entradas da edificação e a desobstrução de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que dificultam ou impeçam a sua acessibilidade.

Em 2004, o governo federal regulamentou a Lei Nº. 10.098/00, com o Decreto Nº. 5.296/04 que, em consonância com o presente estudo, traz na Seção IV, intitulado: “Da Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis”, no Artigo 30, que:

As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2004).

Desta forma, estabelece o Decreto Nº. 5.296/04, a base legal para a realização das adaptações necessárias, em nível nacional, tanto nas edificações de uso público, de uso coletivo e de uso privado, para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os bens culturais imóveis tombados por seus respectivos órgãos oficiais.

Em relação ao atendimento diferenciado e imediato às pessoas com deficiência, nas dependências das edificações, estabelece o Decreto Nº. 5.296/04 que deverá haver pessoal capacitado para prestar o atendimento, a sinalização para

orientação das pessoas, a disponibilidade para o embarque e desembarque para a pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida, dentre outros (BRASIL, 2004).

O Decreto Nº. 5.296/04, Artigo 14, diz que, para a promoção da acessibilidade, Estados, Municípios e Distrito Federal, a partir de suas disposições contidas em suas respectivas legislações, observarão juntamente as normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2004).

Contudo, traz o parágrafo 2º do Artigo 14, que nos casos de adaptação de bens culturais imóveis, será admitida em caráter excepcional, alterações quanto às medidas estabelecidas pelas normas técnicas, desde que citada justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma (BRASIL, 2004).

O Decreto Nº. 5.296/04 determina que as casas de espetáculos, como um teatro, por exemplo, deverá reservar pelo menos dois por cento da lotação do estabelecimento para pessoas com cadeira de rodas, em local com boa visibilidade, próximo aos corredores, sinalizados e sem obstrução (BRASIL, 2004).

4.1 SÃO PAULO E A DESCARACTERIZAÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO IMÓVEL HISTÓRICO

O patrimônio arquitetônico imóvel da cidade de São Paulo traz elementos muito interessantes, pois permite, em muitos aspectos, a compreensão da dinâmica social da cidade de uma determinada época. Sabe-se que ao longo de muitos anos, a cidade que mais cresceu no Brasil durante o século XX, tem perdido, na atualidade, a batalha pela preservação de suas construções arquitetônicas antigas, em favor do desenvolvimento que se consolidou de maneira sistemática e, em muitos casos, caótico.

Considerando a década de 40 como o início de uma acelerada expansão da cidade em todos os sentidos, as edificações antigas sobreviventes de São Paulo podem ser denominadas como patrimônio cultural e constituem em riquíssimo acervo histórico da sociedade paulistana, pois com a realização de estudos desses locais, é possível analisar contextos sociais e a cultura existente na cidade em uma determinada época. Enfim, as construções antigas representam a memória viva de algo que não existe mais no presente.

Pode-se dizer que São Paulo perdeu com a destruição de seu patrimônio arquitetônico antigo, o mesmo que cidades européias sofreram com a destruição das suas edificações durante os bombardeios da Segunda Guerra mundial. Em São Paulo, muitas construções únicas e emblemáticas, foram dizimadas ao longo do século XX, para dar lugar às edificações pouco atraentes, mas a grande perda irreparável mesmo, é a perda da identidade de uma época que também era traduzida através da presença de seus prédios antigos.

Mas quais seriam os fatores que levaram São Paulo, uma pequena cidade do início do século XX, para uma das maiores cidades do planeta atualmente? São muitos os fatores, dentre eles destaca-se a produção do café no interior do estado e a ligação da cidade por ferrovia até o porto de Santos, por onde escoava a produção da riqueza do estado para o porto e dali para diversos lugares do planeta, sobretudo a Europa.

Fazendo uma análise temporal do *boom* desenvolvimentista pelo qual São Paulo passou, pode-se afirmar que foi um movimento irreversível. A cidade, já crescia bastante no início do século XX e as edificações existentes do século XIX também foram destruídas para dar lugar àquelas que viriam a seguir, principalmente nas três primeiras décadas do século XX. É fato que poucas destas construções ainda existem na atualidade.

Percebe-se que nos últimos 100 anos, a partir de fotos, documentos e até mesmo a partir do acompanhamento atual da rotina diária da cidade, um elemento que se tornou característico de São Paulo, é a sua capacidade de se reinventar constantemente. Esta capacidade se dá, na grande maioria dos casos, a partir da destruição das coisas antigas, de seu patrimônio arquitetônico histórico e cultural, para construir, em seu lugar, as novas edificações, demarcando assim, construção após construção, uma nova identidade para a cidade a intervalos de tempo curtíssimos.

Em relação aos espaços da cidade bem como suas edificações antigas, públicas ou privadas, as conseqüências da “evolução” pela qual São Paulo passou no século XX e ainda passa na atualidade, soa parecer uma espécie de desprezo a tudo o que é antigo na cidade, cujas palavras de ordem voltam-se apenas para a renovação constante dos lugares, de suas edificações e seus espaços.

Desta maneira, as edificações antigas da cidade, encontram-se também marginalizadas e excluídas do processo urbano contemporâneo. Muitas são estigmatizadas por apresentarem as diferenças arquitetônicas de um tempo que não é mais usado nas construções atuais da cidade, pois se prioriza atualmente os espaços de forma a atender as massas, ou seja, quanto mais funcional, melhor. Termos como “engessamento” da cidade, quando se faz referência à preservação de edificações antigas, apenas reforça o estigma e discriminação, atribuído a muitos dos prédios antigos que ainda encontram-se erguidos na cidade.

Talvez não haja melhor tradução desta destruição em nome do progresso, como as palavras da música “Sampa” de Caetano Veloso, feita quando chegou à cidade e se deparou com o poder financeiro da metrópole que construía novos prédios e destruía as coisas belas que existiam antes.

Muito antes de Caetano Veloso lançar “Sampa”, a música que se tornaria um verdadeiro hino para São Paulo, viajou para a cidade, nos anos 30, uma missão universitária francesa que participaria da fundação da Universidade de São Paulo. Dentre os professores desta missão estava o antropólogo Claude Levi-Strauss, que se estabeleceu nas proximidades do centro de São Paulo e registrou em muitas imagens e anotações, valiosas impressões pessoais de uma cidade que naquela década já era pulsante, que mantinha um *status* de cidade que se reinventava constantemente.

Disse certa vez Levi-Strauss, que:

Em 1935, os paulistas vangloriavam-se de que construíam em sua cidade, em média, uma casa por hora. Tratava-se, na época, de mansões; garantem-me que o ritmo se manteve igual, mas com edifícios. A cidade desenvolve-se a tal velocidade que é impossível obter seu mapa: cada semana demandaria uma nova edição (LEVI-STRAUSS, 2005, p. 92).

A cidade de São Paulo, assim como muitas outras cidades brasileiras, perdeu muito de seu patrimônio arquitetônico imóvel durante o período desenvolvimentista do país, sobretudo no século XX, e ainda continuam perdendo nos dias atuais, como a enorme quantidade de edificações antigas abandonadas ou demolidas para a criação de estacionamentos ou novos prédios no lugar.

Neste início de século, a cidade tem demonstrado certa preocupação com suas edificações antigas. Com o amparo de novas legislações, mas também com o aumento da percepção da sociedade para com estas edificações, têm somado forças para além da preservação, a necessidade do restauro e da viabilização de seu uso novamente pela população, dando vida ao espaço que muitas vezes estava abandonado, ou até mesmo parcialmente demolido.

O poder público tem demonstrado certa preocupação com algumas edificações antigas da cidade, mas também setores da sociedade têm acompanhado de perto a situação de alguns destes elementos arquitetônicos, como as associações existentes no centro e que têm apoiado a iniciativa de restauros e reformas realizadas em edificações antigas da cidade nos últimos anos, se destacando, por exemplo, a Estação da Luz, O Prédio Alexander Mackenzie (atual *Shopping Light*), O Theatro São Pedro, o Antigo Correio Central e muitas outras edificações emblemáticas e muito importantes para a memória da cidade.

Juntamente com essas reformas e a própria preservação destes bens, destaca-se também a necessidade de que sejam feitas as adaptações necessárias para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência e assegurar desta forma não apenas a reforma física do prédio, mas sim a inclusão social de todas as pessoas a estes edifícios públicos tombados, sobretudo no respeito à

condição de cada pessoa e também no respeito às legislações que são as garantias dos anseios sociais.

Faz parte ainda desta realidade a necessidade de treinamento dos funcionários para o atendimento e apoio às pessoas com deficiência que usufruem estes espaços, visando desta forma as mudanças atitudinais necessárias para a inclusão plena das pessoas com deficiência nos edifícios públicos tombados da cidade.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem a finalidade de expor os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada sobre acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em dois edifícios públicos tombados na cidade de São Paulo, destinados à educação e à cultura.

Antes da análise dos dados coletados na pesquisa de campo, que teve caráter ilustrativo e não representativo, serão apresentadas algumas informações sobre os dois edifícios públicos tombados envolvidos no estudo.

5.1 OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada em dois edifícios públicos tombados, uma escola e um teatro. Os edifícios públicos tombados envolvidos na pesquisa foram respectivamente a Escola Estadual Caetano de Campos e o Theatro São Pedro⁷, ambos na cidade de São Paulo.

⁷ Toda vez que a referência é feita para o nome próprio “Theatro São Pedro”, a palavra Teatro, será mantida em sua grafia original, ou seja, Theatro.

5.1.1 Caracterização do espaço educacional

Houve uma primeira tentativa de envolver um edifício público tombado que funciona uma escola em um dos bairros de São Paulo. No entanto, por dificuldades manifestadas pela direção da escola, tornou-se inviável a inclusão daquele primeiro estabelecimento como objeto da pesquisa. Tais dificuldades decorreram na indisponibilidade da direção da escola em atender o pesquisador responsável para tarefas como apresentação da finalidade do projeto de pesquisa, o motivo de escolha daquela escola, dentre outros.

Em face disto, foi contatada uma outra escola pública que também funciona em um edifício tombado. Diante, a pesquisa no edifício público educacional foi realizada na atual Escola Estadual Caetano de Campos, que está localizada na região central de São Paulo, na Rua João Guimarães Rosa n.º 111.

A construção deste edifício começou no início do século XX, a partir dos recursos obtidos da colônia alemã na cidade de São Paulo. Em 1910, o arquiteto alemão Augusto Fried, elaborou o projeto do edifício que seria a sede da antiga Escola Alemã *Deutsche Schule*⁸ na cidade de São Paulo. A escola foi inaugurada em 1913, em alvenaria, com dois pavimentos e ainda o porão.

O estilo arquitetônico deste edifício constitui-se como um exemplar do período eclético que dominou grande parte das construções em São Paulo no início do século XX, caracterizadas, sobretudo, pela combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra, não existindo, portanto, a produção de um novo estilo.

⁸ Informações obtidas a partir de pesquisa no site: <<http://www.portoseguro.org.br/nossahistoria.asp>>. Acesso em: 27 mai. 2007, cuja referência completa encontra-se no item “Referências” do trabalho.

Em 1942, o colégio passa a se chamar Colégio Visconde de Porto Seguro e, em 1974, ocorre a mudança de endereço do colégio para outra instalação, no bairro do Morumbi. Em 1976, o prédio foi adquirido pelo governo estadual, que reformou e acrescentou novas construções nos fundos do edifício principal. A ampliação da escola foi feita pela antiga Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), em 1978⁹ e, em relação a esta reforma, não foram encontrados, pelo menos no documento pesquisado, registros que abordassem sobre a questão de adaptações para o atendimento de pessoas com deficiência na escola recém adquirida pelo Estado.

O tombamento do edifício, ocorreu em 8 de maio de 1979, com publicação no Diário Oficial do Estado (DOU) em 9 de maio de 1979. O órgão público estatal, responsável pelo tombamento, foi o CONDEPHAAT. O tombamento do edifício está registrado no Livro do Tombo Histórico, com a Inscrição nº. 126, p. 23, 10/7/1979 e identificado pela Resolução 3, que sofreu alteração após ser constatado um erro quanto à numeração do edifício. A correção deste erro está identificada na Resolução SC 15/80, de 27 de maio de 1980, e traz a seguinte redação:

Artigo 1º - Fica tombado, como monumento artístico e histórico da cidade de São Paulo, o edifício sede da antiga Escola Alemã (Deutsche Schule), que também se chamou Colégio Visconde de Porto Seguro, sito à antiga rua Olinda, hoje Praça Roosevelt, 111 [...] (SÃO PAULO, 1980).

Após 27 anos de seu tombamento, muitas coisas mudaram na cidade e no entorno do colégio, como por exemplo, o endereço de sua localização, que não é mais a Praça Roosevelt, mas Rua João Guimarães Rosa nº. 111. Além das mudanças físicas constatadas na cidade e no entorno da escola, as pessoas e a legislação também mudaram e, em relação a isto, serão apresentados mais adiante

⁹ Informações obtidas a partir de pesquisa na: Lista dos Bens Tombados do Estado de São Paulo, no site: <http://www.cultura.sp.gov.br>. Consulta feita em 27 mai. 2007, cuja referência completa encontra-se no item "Referências" do trabalho.

algumas das contribuições advindas da pesquisa de campo realizada na escola sobre a constatação de alterações ou não que possam ter ocorrido na escola no que diz respeito ao tema deste trabalho.

5.1.2 Caracterização do espaço cultural

O espaço cultural¹⁰ escolhido para a realização da pesquisa de campo foi uma edificação grande e imponente situada no bairro da Barra Funda, o Theatro São Pedro. Este teatro situa-se à Rua Barra Funda nº. 171, próximo à Estação Marechal Deodoro do Metrô. Sua inauguração ocorreu em 16 de janeiro de 1917, com 900 lugares. Assim como a antiga Escola Alemã *Deutsche Schule*, sua volumetria e dependências internas foram construídas a partir dos mais diferentes estilos arquitetônicos, caracterizando-a também como uma construção eclética que traz desde elementos neoclássicos até o *Art Nouveau*. Por neoclássico entende-se o retorno às formas clássicas de um modo inalterado e por *Art Nouveau*, um estilo surgido na França e quer dizer Arte Nova. O estilo *Art Nouveau* utilizava e explorava novos recursos e novos elementos materiais como o ferro e o vidro em suas construções.

O idealizador do Theatro São Pedro, foi um jovem português chamado Manoel Fernandes Lopes, que para a elaboração do projeto, pediu ajuda para outro imigrante europeu, o italiano Augusto Bernardelli Marchesini. A construção do

¹⁰ Informações obtidas a partir de pesquisa feita no site: <<http://www.teatrosaopedro.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2007 e também do Livro: Theatro São Pedro: resistência e preservação, cujas referências completas encontram-se no item “Referências” deste trabalho.

Theatro São Pedro foi executada pelo engenheiro brasileiro Antonio Alves Villares da Silva.

O Theatro São Pedro foi desativado na década de 40, ou seja, 23 anos após sua inauguração e passou a integrar um circuito de cinema, mas foi na década de 60 que o Theatro São Pedro conheceu a decadência, quando a sua platéia passou a ser depósito e local de estacionamento de carros.

Em 1970, houve uma reforma e o espaço ganhou uma nova sala com capacidade para 200 pessoas. Em 1973, o teatro foi sublocado para a Secretaria de Estado da Cultura e foi sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

A proposta de tombamento do prédio veio em 1982, que se confirmou em 1984, com a Resolução 19, de 15 de agosto de 1984, e a publicação no Diário Oficial do Estado, em 17 de agosto de 1984. O órgão público estatal, responsável pelo tombamento, também foi o CONDEPHAAT. O tombamento do Theatro São Pedro, está registrado no Livro do Tombo Histórico, com a Inscrição nº. 231, p. 63, 20/1/1987.

O Artigo 1º da Resolução SC 19/84, traz a seguinte redação:

Fica tombado como monumento de interesse histórico, o edifício do Teatro São Pedro, sito à Rua Albuquerque Lins, 171, nesta capital, o mais antigo exemplar subsistente em São Paulo de arquitetura produzida pela iniciativa privada para casa de espetáculo e cenário das significativas transformações por que passou no campo de idéias, a atividade teatral em São Paulo, no decorrer deste século (SÃO PAULO, 1984).

Como verificado, o Theatro São Pedro também passou, assim como outras inúmeras construções antigas de São Paulo, por um longo período de abandono e decadência que quase o destruiu. Com o esforço de diversos setores da sociedade e do governo de São Paulo, foi iniciada em 1997 uma ampla reforma e restauro de seus elementos originais e, em 1998, a obra foi entregue à comunidade paulistana.

Atualmente, o Theatro São Pedro tem capacidade para comportar em sua platéia 396 pessoas em suas poltronas. Na platéia há seis assentos para deficientes físicos e dois toaletes para pessoas com deficiência física. O teatro possui dois balcões [andares], sendo que um dos balcões comporta 110 poltronas e o outro balcão, 124 poltronas.

O Theatro São Pedro é o único remanescente atual dos teatros de bairro que existiam em São Paulo, datado do início do século XX e, neste início de século, vivencia novos dias de *glamour* e espetáculos que deixam a “casa cheia”.

5.2 DEPOIMENTOS OBTIDOS EM ENTREVISTAS

Conforme preconizado no projeto de pesquisa, procurou-se identificar um estabelecimento destinado às atividades educacionais escolares e outro às atividades culturais.

Para a realização da pesquisa, em conformidade com os critérios anteriormente definidos, os estabelecimentos selecionados foram o Theatro São Pedro e a Escola Estadual Caetano de Campos, ambos na capital do Estado de São Paulo, ambos tombados pelo CONDEPHAAT, portanto, bens culturais imóveis. Seguindo a metodologia adotada para a realização do estudo, foram realizadas entrevistas com profissionais integrantes do corpo de funcionários dos dois edifícios.

5.2.1 Entrevistas no teatro

As entrevistas realizadas no Theatro São Pedro foram feitas com o diretor administrativo, aqui chamado de A e a bilheteira, que faz a venda dos ingressos ao público, chamada de B.

Ambas entrevistas ocorreram nas dependências do edifício e foi utilizado gravador digital com autorização prévia dos participantes para posterior transcrição. Com a finalidade de organizar os dados coletados nas entrevistas, foi feito o agrupamento em três categorias:

1. acessibilidade e inclusão social;
2. usuários e servidores;
3. tombamento.

Para fins de organização dos conteúdos dos depoimentos, foram elaborados quadros, contendo trechos mais significativos para o objetivo do estudo. Foram separadas as falas de cada entrevistado em cada categoria, desta forma foram selecionados, primeiramente, trechos da entrevista do diretor, chamado de A e em seguida, trechos da entrevista da bilheteira, chamada de B. Ao lado da identificação do participante, encontra-se na primeira coluna, o número da pergunta a que corresponde o trecho da fala do participante. O roteiro das entrevistas e a respectiva seqüência numérica das questões para cada entrevistado encontram-se no ANEXO A do presente trabalho.

A seguir, estão apresentados os quadros com os trechos das entrevistas, de acordo com as categorias descritas acima.

Quadro 1: **Acessibilidade e Inclusão Social**

Questões	Participante	Depoimentos
1	A	Na época do restauro nós ficamos preocupados sim com o acesso do deficiente físico. Nós colocamos rampa para deficiente, aonde o deficiente físico pode ter acesso à platéia [...].
3	A	Nós atendemos muito bem os deficientes físicos; a partir do momento em que eles passam pela bilheteria é informado o local para deficientes físicos, tanto para cadeira de rodas, como deficientes que andam somente com uma muleta. [...] se ele quer ir ao banheiro, nós temos banheiro para deficientes.
6	A	[...] as pessoas [com deficiência] têm o amparo dos funcionários, [...] então esse atendimento é feito com o maior cuidado e com respeito. Então acredito que outros espaços poderiam fazer o mesmo. Mesmo não tendo condições, mas acredito que fazer uma rampa, você dar um atendimento, acho que é o mínimo para essa pessoa que tem esse problema.
6	A	[...] nós temos que olhar pelo próximo, eu acho que faz parte do dia-a-dia nosso e a gente não pode fechar os olhos para essa causa.
1	B	[...] então nós temos três cadeiras [lugares na platéia] para cadeira de rodas [...], tem outro espaço que é para pessoas com deficiência, de muleta. Então nós avisamos para ela que quando ela chega no teatro, ela precisa anunciar na portaria, na entrada principal pra que possa abrir a rampa de acesso na lateral.
2	B	Olha, eu acho que está crescendo bastante [acessibilidade e inclusão], as pessoas estão mais dispostas a lutar por isso e eu acho que está crescendo bastante. Nós temos um número até razoável de pessoas com deficiência [público], mesmo outros tipos de deficiência, deficiência visual [...] e, temos bastante frequentadores, eu acho que está crescendo [a quantidade de pessoas com deficiência que têm ido ao Theatro São Pedro ultimamente].
3	B	Olha, eu acho que precisaria mais de educação e até divulgação de que eles possam estar vindo mesmo pra, pra assistir, porque muitos acabam deixando de vir porque acham que vai ser difícil entender, os familiares às vezes acham que vai ser muito complicado pra ver [um espetáculo], principalmente pessoas idosas.
4	B	Eu já recepcionei varias pessoas com deficiência, eles acham bem legal o atendimento que é oferecido aqui.

Em relação à categoria “Acessibilidade e inclusão social”, nas entrevistas feitas no teatro, observou-se que o diretor e a bilheteira demonstram preocupação com a questão da acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência

física ou mobilidade reduzida, apesar de pouco conhecimento técnico e/ou acadêmico que ambos possuem sobre o tema.

Outra situação importante ficou evidenciada em relação às atitudes do dirigente e da bilheteira quando se referem ao atendimento que oferecem para as pessoas com deficiência que vão ao Theatro São Pedro, no momento em que relatam que há o apoio pessoal necessário, que se inicia desde a compra do ingresso, bem como o posterior acompanhamento às dependências do teatro.

Adiante, destaca-se um atendimento em que, para além da promoção física da acessibilidade, há o tratamento e respeito humano dirigido a estas pessoas, sugerindo que neste aspecto tanto as questões físicas do edifício, quanto às atitudes dos funcionários surgem em um momento em que: “[...] a busca do homem pela liberdade no plano individual, e pela igualdade de direitos e de oportunidades, no espaço social, é elemento essencial à construção de sua identidade pessoal e social” (MAZZOTTA, 2005b).

Observa-se no relato do dirigente que, durante a reforma do Theatro São Pedro, foram feitas também adaptações para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, tais como banheiros, espaços com cadeiras na platéia e a rampa de acesso ao teatro na lateral do edifício.

As adaptações físicas do Theatro São Pedro, em sintonia com as questões atitudinais dos funcionários, sugere que o mesmo seja, além de um patrimônio público tombado, um edifício com propostas de inclusão em relação ao circuito de locais para atividades culturais existentes na cidade.

Quadro 2: **Usuários e servidores**

Questões	Participante	Depoimentos
3	A	Nós temos um funcionário que ele tem uma dificuldade para andar, mas isso não impede o trabalho dele.
5	A	[...] o atendimento público mesmo forte é quinta, sexta, sábado e domingo os horários dos espetáculos é por volta das 9 horas da noite.
3	B	Eu já recepcionei varias pessoas com deficiência, eles acham bem legal o atendimento que é oferecido aqui [...].
4	B	[...] eu acho que eles [pessoas com deficiência], ficam muito contentes quando eles vêm assistir alguma coisa. Eles vão embora muito felizes.

Dentre os funcionários do Theatro São Pedro, não há nenhuma pessoa com deficiência e conforme relata o diretor, trabalha no local apenas uma pessoa com mobilidade reduzida.

Diz o diretor que a maior frequência de público ocorre a partir das quintas-feiras até o domingo, o que sugere que as pessoas procuram realizar suas atividades culturais durante os finais de semana.

Segundo o que a bilheteira percebe, é que a procura de ingressos por pessoas com deficiência, está crescendo bastante, o que sugere que os recursos de acessibilidade disponíveis no Theatro São Pedro, bem como a postura e atitudes de seus servidores, têm colaborado para a inclusão cultural e social de pessoas com deficiência em espaços culturais na cidade.

Esta situação fica evidente também, a partir do relato da bilheteira quando diz que há um razoável número de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida que frequentam o Theatro São Pedro, citando, inclusive, pessoas com outros tipos de deficiência como a visual, por exemplo, que vão ao local.

Sugere a bilheteira que, para aumentar a promoção da inclusão cultural e social para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, há a necessidade de maior divulgação entre estas pessoas e seus familiares sobre as

atividades culturais do teatro, que muitas vezes, por desconhecimento dos recursos de acessibilidade e atendimento, deixam de freqüentá-lo por achar justamente que há dificuldades de acessibilidade no teatro. Nesta concepção, diz Mazzotta (2005b) que: “A ninguém é lícito, pois ignorar sua responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais”.

Isto sugere mudanças atitudinais nas próprias pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, pois verifica-se na fala da bilheteira, sua percepção de que aumentando a divulgação das atividades do teatro, bem como de seus recursos disponíveis para a promoção da acessibilidade, poderiam aumentar a procura por ingressos pelas pessoas com deficiência. Desta forma, esta situação sugere a existência de uma barreira, não física, mas psicológica, pois segundo a bilheteira, as pessoas que rompem esta barreira atitudinal e vão ao teatro, gostam muito do atendimento oferecido pelos funcionários do local.

Quadro 3: Tombamento

Questões	Participante	Depoimentos
1	A	[...] já o primeiro e segundo balcão nós não temos como porque nós não temos elevadores.
2	A	Para facilitar o acesso, primeiro o CONDEPHAAT precisava dar a liberação para eles poderem mexer na estrutura física do próprio teatro e um projetista detalhar um estudo, tal, de alguma forma que não agrida o espaço físico do teatro para poder atender estas solicitações. O CONDEPHAAT proíbe a gente de bater um prego na parede, imagina se tiver que instalar um elevador, então ficaria bem complicado. [...] o teatro São Pedro hoje, é o único teatro de bairro que sobreviveu na cidade de São Paulo, então acho que pela sensibilidade na época do secretário, [...] foi feito o tombamento. Só assim depois que foi tombado só fomos reabrir em 98. Ainda bem que o governo abre os olhos.
4	B	Aconteceu um fato de uma pessoa que tava no carro e tava chovendo muito e ele não tinha como entrar no teatro, porque assim, nós não temos espaços de toldos em volta do teatro [...].
5	B	[...] eu acho que poderia pensar um pouco mais na estrutura do teatro pra essas pessoas, entendeu? Para acessos a coquetéis etc, porque essas pessoas acabam sempre ficando em um espaço limitado [...].

Em relação à categoria “Tombamento”, verifica-se na fala do diretor que existem consideráveis restrições quanto às possíveis modificações na estrutura do edifício tombado. O diretor do teatro diz que, para qualquer alteração, é necessária autorização do órgão responsável pelo tombamento do edifício, neste caso, o CONDEPHAAT.

E, mesmo com a autorização do CONDEPHAAT, faz-se necessário um estudo anterior em que sejam analisados os impactos das possíveis alterações no edifício, visando a menor agressão possível da estrutura, como menciona o Art. 30 do Decreto 5.296/04 que, qualquer solução destinada à eliminação ou redução de barreiras, deve estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº1/03 do IPHAN (BRASIL, 2004).

A Instrução Normativa n.º 1, de 25 de novembro de 2003, diz que a eliminação, redução ou a superação de barreiras na promoção da acessibilidade, deve compatibilizar-se com a preservação do bem cultural imóvel (BRASIL, 2003).

Verifica-se na fala do diretor que, apesar de alguns locais do teatro não oferecerem recurso algum de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, como no primeiro e segundo balcões, o teatro comporta o público com deficiência física ou mobilidade reduzida em sua platéia e neste caso, o teatro atende aos requisitos do Art. 23, do Decreto 5.296/04, que diz que a localização dos assentos deve ocorrer em área com boa visibilidade, evitando-se áreas segregadas de público (BRASIL, 2004).

Já a bilheteira do Theatro São Pedro sugere que se poderia pensar na ampliação dos espaços de acessibilidade do local para as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, uma vez que, segundo ela, os acessos hoje existentes, ainda limitam de certa maneira alguns dos espaços para estas pessoas.

Ela se referiu, por exemplo, a eventos em que ocorrem coquetéis, no primeiro ou segundo balcão, cujo acesso para pessoas em cadeira de rodas não existe. Neste caso, somente um detalhado estudo e projeto para a colocação de um elevador no local e isto certamente alteraria a estrutura física do teatro em seu aspecto arquitetônico histórico.

Uma solução mais plausível para este caso, seria estudar a mudança do local em que são realizados os coquetéis e passar a fazê-los no andar térreo do edifício, promovendo desta forma a participação e acessibilidade para todas as pessoas.

O diretor chama a atenção para uma questão única pertencente ao Theatro São Pedro e que foi um dos motivos de seu tombamento nos anos 80 e depois, na década de 90, sua completa reforma e restauro dos elementos arquitetônicos originais, que é o fato dele ser o único remanescente dos teatros de bairro de São Paulo datado do início do século XX.

Esta situação coloca o Theatro São Pedro, hoje, como um bem cultural imóvel muito precioso em atividade na cidade, cuja existência constitui um importante acervo arquitetônico da nossa história, como mais uma opção cultural do Estado e do Município de São Paulo. Sobretudo para os objetivos do presente estudo, como um espaço social que, apesar de antigo, originalmente feito para atender um público cuja identidade, formação cultural e social pertenciam a uma outra época, se constitui na atualidade como um espaço em que sua última grande reforma, priorizou algumas das adaptações previstas em normas para oferecer a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Verifica-se que as adaptações da última reforma pela qual passou o Theatro São Pedro não provocaram agressão aos seus elementos arquitetônicos originais, o que sugere a idéia de que as adaptações no intuito de promover a acessibilidade e inclusão social em edifícios públicos tombados para as mais diversas finalidades, são possíveis, desde que aliado a estas mudanças estruturais, esteja também em parceria as mudanças atitudinais das pessoas envolvidas neste processo de inclusão.

5.2.2 Entrevistas na escola

As entrevistas na Escola Estadual Caetano de Campos, foram realizadas com a diretora da escola, chamada aqui de “C” e a secretária que atende aos alunos e público que procuram a escola, chamada de “D”. Ambas ocorreram nas dependências do edifício e, assim como no Theatro São Pedro, foi utilizado gravador digital com autorização prévia dos participantes para posterior transcrição das entrevistas.

Cabe dizer que a transcrição de trechos da entrevista com a diretora não será apresentada no formato de quadro, pelo fato das informações coletadas na entrevista com a diretora estarem de certa forma concisas, pois a diretora era nova naquela escola, estava se familiarizando com a realidade daquela edificação e ocupando a direção há apenas um mês quando da realização do encontro.

Para fins de organização dos quadros, foram separados os trechos da entrevista com a secretária, em três categorias que são:

1. acessibilidade e inclusão social;
2. usuários e servidores;
3. tombamento.

Na primeira coluna, está o número da pergunta a que corresponde o trecho da fala do participante. O roteiro das entrevistas e a respectiva seqüência numérica das questões para cada entrevistado encontram-se no ANEXO A do presente trabalho.

Primeiramente, serão apresentados alguns dados coletados durante a entrevista com a diretora e na seqüência o quadro com as categorias descritas acima correspondentes à fala da secretária da escola.

Conforme relatou “C”, estudam na Escola Estadual Caetano de Campos, 2820 alunos, distribuídos em 77 classes, nos Ensino Fundamental, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Disse “C”, que o horário com maior fluxo de alunos é no período da tarde, turno do Ensino Fundamental. Em relação à pergunta sobre a presença de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, “C” respondeu que não há alunos com deficiência estudando naquela escola e em relação aos funcionários, disse também que não há funcionários com deficiência, mas há funcionários idosos que apresentam dificuldades para se locomover nas dependências do edifício que possui muitas escadas e se queixam disso.

Em relação à questão sobre o tombamento do edifício e as implicações que este pode acarretar para a inclusão de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, “C” alegou que não existe projeto de reforma para o prédio para as adaptações necessárias e que o edifício possui muitas escadas, não possui elevador, não tem rampas e poucos corrimãos.

Percebeu-se durante a entrevista que a professora, pelo fato de estar a apenas um mês na direção daquela escola tombada, ainda estava conhecendo aquela realidade, aquele espaço educacional. Desta forma, ao ser perguntada sobre o uso de normas ou legislação para a promoção da acessibilidade, a mesma disse que verificará as recomendações existentes e disse que as leis existem e defendeu que precisa haver a inclusão das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida na sociedade e na escola que faz parte da sociedade.

Percebe-se, através das palavras de “C”, que existem dificuldades concretas para que passe a existir um projeto de inclusão de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida naquela escola. Isto se deve principalmente às condições físicas do edifício educacional, mas como verificado no Theatro São Pedro, nem tanto devido ao fato de ser tombado, já que o mesmo pode passar por intervenções no sentido de adaptar recursos de acessibilidade.

Verifica-se que, conforme relatou “C”, as dificuldades de circulação na escola existem até mesmo entre os próprios funcionários da escola, sobretudo os mais idosos que precisam subir e descer muitas escadas. Diante disso, o que se pode perceber é que ainda vai demorar algum tempo para que a Escola Estadual Caetano de Campos se torne uma escola com propostas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão escolar para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Essa situação pode estar condicionada em primeiro momento à escassez de verbas públicas para a execução de reformas, falta de percepção dos diretores que ali estiveram acerca desta questão que hoje é amplamente discutida na sociedade, falta da comunidade exigir da escola pública o direito à educação para seus filhos, etc.

Em um segundo momento, percebe-se que o que ocorre na Escola Caetano de Campos não pode ser atribuído a apenas um fator determinante, mas a um conjunto de fatores entrelaçados em uma enorme rede de situações que permeiam muitas das discussões sobre a inclusão social e escolar para pessoas com deficiência, principalmente aquelas voltadas à própria questão atitudinal das pessoas, que ainda atribuem demasiada carga estereotipada de incapacidade, doença, discriminação e estigmas às pessoas com deficiência e que por isso, não haveria motivos para que as mesmas dividissem um espaço comum com os demais, ditos “normais”.

Esta situação pressupõe que fica em um segundo plano exatamente o que deveria vir em primeiro lugar, que são os valores de dignidade, capacidade, saúde, educação e respeito às condições de cada pessoa e que, assim como qualquer outro indivíduo, as pessoas com deficiência também fazem parte da coletividade.

Verifica-se que na escola estudam um considerável número de alunos. Outro fato constatado na entrevista, é que na escola não há alunos, nem funcionários com deficiência física. Há funcionários com certa mobilidade reduzida em decorrência da idade avançada. O edifício tombado possui muitas escadas e conforme dados fornecidos na entrevista, não há adaptações para a promoção da acessibilidade.

Apesar desta situação, a diretora mostra-se pró-ativa ao reconhecer que existe a legislação e que a inclusão escolar é necessária para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida na sociedade.

Partindo agora para a entrevista com a secretária da escola, pode-se constatar em seu discurso, situações que aproxima mais a realidade do atendimento público quando este se volta para as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida que procuram aquela escola. Segue abaixo, o primeiro quadro

com trechos mais significativos da entrevista com a secretária da Escola Estadual Caetano de Campos:

Quadro 4: Acessibilidade e Inclusão Social

Questões	Depoimento
3	[...] ela [pessoa com deficiência] não tem facilidade nenhuma [...], ela [escola] não tem estrutura para receber um deficiente físico, é, a lateral sim, pela entrada lateral, mas ai teria um lance de escada para acessar.
5	Não sei, não sou arquiteta nem tenho a mínima idéia, nem nunca parei para pensar. Às vezes aparece alguém e que ta em cadeira de rodas, a gente prefere ir na rua para atender. Então vamos lá para lá na rua pra atender.
7	Eu acho que ainda nós somos felizes [no sentido de que a escola não está adaptada para atender bem a pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida] que aqui nem aparece né. Ai eu acho que se fosse aparecer até mais casos a gente tinha que tomar uma providência né. [...] não pode ficar fora né. [...] [o aluno com deficiência] tem o direito é estudar em escola próxima dele, então com certeza iria acertar, ia, corrigir essa deficiência [da escola], disso eu tenho certeza, é que ainda não, aqui ainda não tivemos a necessidade, não apareceu [...], tem assim é aquela imobilidade provisória, alguém que fraturou a perna, uma coisinha, então é mais fácil né.

Uma destas situações é o fato de que a secretária relata que a escola não tem facilidade alguma para atender e/ou receber um aluno com deficiência física, condição esta em que a secretária relata que é preferível realizar o atendimento na rua de que nas dependências do edifício em face as suas dificuldades e limitações de acesso.

Esta é uma situação que vai contra os princípios legais e as normas existentes sobre inclusão escolar das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na escola, conforme verificado ao longo do corpo teórico do trabalho.

A respeito do Tombamento, a entrevistada “D”, respondendo à questão número 5, disse que, não podem mexer em sua estrutura física pelo fato da edificação ser tombada, caso houvesse alguma intervenção para facilitar a acessibilidade, por exemplo, elevador e rampas no edifício.

Apesar desta situação adversa, a secretária reconhece que tem que haver o atendimento ao aluno com deficiência física, mas pelo fato das limitações e barreiras existentes no edifício, ela acredita que as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, acabam por não procurar o estabelecimento educacional, o que de certa forma pode ser verdade e acaba se tornando em uma espécie de “alívio” para a secretária, pois é uma situação que no presente traz muitos incômodos para a rotina da escola e principalmente para a pessoa que procura a escola, como por exemplo, o fato de ter que atender um aluno com deficiência na rua.

Ela relata que se as pessoas com deficiência física procurassem mais aquela escola, alguma medida teria que ser tomada. Como não há a procura, a impressão que fica é que não há necessidade de se fazer nenhuma adaptação na escola para promover a acessibilidade.

Em relação às limitações existentes em oposição às adaptações necessárias pelo fato do prédio ser tombado, conforme relatou a secretária, alegando que não podem fazer reformas de adaptação e minimização das barreiras, ficou evidenciado que existe a legislação que assegura estas reformas e adaptações necessárias como o Decreto Nº. 5.296/047 e a Instrução Normativa nº. 1/2003.

Trazer à tona esta discussão para a realidade em que a escola é um edifício tombado é fundamental, pois a escola que se constitui como um espaço social para a formação, aquisição de conhecimento e desenvolvimento de potencialidades das pessoas, não pode permanecer inerte às mudanças que têm ocorrido com grande velocidade no planeta, no nosso país e em nossa cidade.

O que se esquece neste sentido é que não são as construções antigas as possíveis “culpadas” pelo engessamento das propostas de inclusão para as pessoas

com deficiência, mas há a necessidade de fortalecer as teias que envolvem a vontade política, a disponibilização de recursos financeiros e materiais, planejamento prévio e com qualidade e principalmente o fator humano com investimento em muita educação e esclarecimentos para a necessidade de mudanças nas atitudes das pessoas envolvidas com o atendimento e a dinâmica de funcionamento de um determinado local para a promoção da acessibilidade inclusão mais efetivamente as pessoas com deficiência em seus espaços sociais.

Quadro 5: **Usuários e Servidores**

Questões	Depoimento
1	[...] nossa rotina é o atendimento ao público que pede transferência, a expedição de histórico, é [...] receber transferência [...].
2	Não, deficiência física não. [...] o que apareceu seria com pouca [...] uma deficiência auditiva, mas é pouca coisa, nada que pudesse atrapalhar [...] [...] ele sentaria na primeira fila, não tem problema nenhum.
6	A secretaria fica das 9 às 12, das 13 às 15, das 18 às 20, sempre tem alguém para ser atendido.

Conforme o depoimento de D, verifica-se que a escola tem uma grande demanda de atendimento ao público. Segundo a secretária, são poucos os alunos com deficiência física que procuram a escola para se matricular. Ela se referiu a uma aluna com deficiência auditiva, mas ao mesmo tempo disse que era uma deficiência que não “atrapalhava” tanto e pelo fato da aluna sentar na primeira fileira da classe, não haveria problema algum.

Percebe-se na fala da secretária em relação a esta aluna com deficiência auditiva uma possível carga de estereótipos que condicionam as deficiências como um todo como algo ruim, dando a impressão caso fosse uma deficiência mais séria, atrapalharia consideravelmente a rotina da escola e da dinâmica em sala de aula.

Nesta situação, é oportuno lembrar a carga discriminatória que ainda sofrem as pessoas, com deficiência, inclusive nas escolas que são por natureza, um espaço

inclusivo. Infelizmente, em decorrência de situações como esta, em que ficam evidentes os estigmas, a discriminação e a comparação mesmo que indireta da deficiência de uma pessoa aos sinônimos de incapacidade, doença e inferioridade tem engessado muito a possibilidade de tornar mais efetiva a inclusão educacional e social para as pessoas com deficiência na rede pública de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho foi possível averiguar que os critérios legais, como normas e legislação existentes, bem como os recursos físicos de acessibilidade presentes em um local, não se configuram como as únicas ferramentas para a promoção da acessibilidade e inclusão social em uma determinada edificação pública tombada.

Ficou evidenciado que, mesmo que a edificação pública seja tombada como bem cultural imóvel pelos órgãos oficiais de preservação, isto não impede que sejam feitas adaptações necessárias para a promoção da acessibilidade após a homologação de seu tombamento. Ao contrário, existe legislação específica que assegura reformas físicas neste sentido, tais como a Instrução Normativa nº 1 /2003 e o Decreto 5.296/04.

Como exemplo desta situação, o próprio Theatro São Pedro, elemento da pesquisa de campo deste trabalho, foi tombado em 1984 e anos mais tarde, no ano de 1997, a realização da reforma que revitalizou o edifício novamente priorizando também algumas adaptações físicas para a promoção da acessibilidade.

Observa-se que as condições para a promoção da acessibilidade, em edifícios públicos tombados, para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo menos no âmbito das normas legais, são recentes, como é o caso da Instrução Normativa nº. 1/2003 e o Decreto 5.296/04.

Isto sugere que a participação da sociedade civil através da representatividade junto aos governantes tem conquistado espaços no âmbito das

leis em diversos setores que, até pouco tempo atrás, ainda não eram tão cultivados, sobretudo para as pessoas que mais sofrem com a exclusão social.

O que se percebe diante destes fatos é que a abertura para as discussões sobre acessibilidade, inclusão social e muitos outros temas que se voltam para o bem-estar dos indivíduos, está diretamente relacionada à volta de nosso regime democrático na década de 80 e o fortalecimento deste regime conquistado até o presente.

Em relação a esta valorização humana, diz a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 1º que a mesma está baseada nos fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana. E ainda, o Art. 3º estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 1988).

Alguns outros elementos interessantes que a pesquisa de campo propiciou foi que, ao confrontá-los com a teoria utilizada neste trabalho sobre o tema, pode-se supor que estamos ainda no início da construção de uma *práxis* ou no início de uma proposta que de fato promova a inclusão social para as pessoas com deficiência e mais especificamente para as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, focalizadas nesta pesquisa.

A condição descrita no parágrafo anterior pode ser constatada a partir das enormes dificuldades de acessibilidade existentes no edifício público tombado educacional, que praticamente não oferece nenhum recurso facilitador para a promoção da acessibilidade e inclusão escolar e social para uma pessoa com deficiência.

Sobre a questão da inclusão escolar, ficou evidenciado no presente trabalho, que há muitas discussões na sociedade que permeiam a temática para a existência

de um processo de inclusão escolar mais efetivo para as pessoas com deficiência, sobretudo no cumprimento das normas existentes e dos direitos das pessoas ao acesso a educação.

Apesar disso, verificou-se que na prática, pelo menos no edifício escolar tombado, que ainda não houve, em certa medida, valorização para que este processo de inclusão ocorra, mas por outro lado, ficou evidenciado que há o conhecimento e a sensibilização da dirigente da escola acerca deste assunto, quando a mesma diz que as pessoas com deficiência também fazem parte da sociedade e que a escola é um espaço social que deve incluir todas as pessoas.

Mas, se de um lado existem as garantias legais que permitem as reformas físicas, há em outra ponta, na esfera das ações humanas a necessidade também de outras “reformas”, sobretudo nas mudanças de atitudes e na ampliação do conhecimento que uma vez postas em prática em parceria com a legislação e com os recursos de adaptações existentes, poderiam se fazer muito mais presentes para a promoção da inclusão social para as pessoas com deficiência. Vale lembrar que:

Na relação inclusão/exclusão, os dados quantitativos buscam indicar a democratização da escola, entretanto eles não revelam o que vem acontecendo na realidade educacional brasileira: a baixa qualidade social do conhecimento, que implica a não democratização do ensino (SILVA, 2003, p. 52).

A crítica que a autora faz, vai de encontro a alguns dos dados quantitativos atuais da escola e fornecidos pela diretora da Escola Estadual Caetano de Campos, quando diz que não estudam alunos com deficiência naquela escola, apesar de estarem matriculados mais de 2800 alunos.

A fim de não evidenciar qualquer dado equivocado em relação à procura ou não de pessoas com deficiência para estudar na escola, fica aqui a sugestão para a necessidade de outros estudos acadêmicos, que requereria dentre suas etapas de

investigação, um acompanhamento mais detalhado das pessoas que freqüentam e procuram aquele edifício para estudar.

Os fatos verificados, sobretudo na pesquisa realizada na Escola Estadual Caetano de Campos em que não há aluno(s) com deficiência física e também nenhum aluno com outra especificação de deficiência, evidência que, apesar de vivermos um momento em que diversos setores de nossa sociedade têm debatido sobre a inclusão escolar para pessoas com deficiência, a situação evidencia para a necessidade de uma aproximação maior da teoria, com as questões cotidianas da educação pública.

Desta maneira, fica um convite a toda a sociedade para a necessidade de observar melhor o que de fato vem ocorrendo na realidade sobre a inclusão escolar para as pessoas com deficiência no sistema público de ensino, pois, certamente o que foi constatado na Escola Estadual Caetano de Campos, pode ser estendido para muitas outras escolas públicas da cidade, sejam elas tombadas ou não.

Outra característica percebida durante a realização deste trabalho diz respeito à importância da necessidade para a abertura a novos conhecimentos, sobretudo para as pessoas que lidam com o público. Às vezes, resolver um problema de acessibilidade em uma edificação, pode se tornar em tarefa mais simples desde que exista o conhecimento necessário para promover esta adaptação em um local. O que faz com que existam as barreiras arquitetônicas nas edificações públicas tombadas principalmente, pode estar relacionado igualmente à questão das barreiras atitudinais as quais as pessoas estão condicionadas a acreditar nessa situação como *ad eternum*.

Isso, de certa forma, acaba gerando certo comodismo em não buscar as informações necessárias e que existem já há algum tempo, para as transformações possíveis de um local tombado em um espaço mais inclusivo. Desta forma:

A aparência de normalidade das perversas desigualdades nas situações de vida tem levado a uma acomodação nos comportamentos, de tal sorte que as necessárias ações próprias de um sujeito acabam sendo esmaecidas e até mesmo anestesiadas (MAZZOTTA, 2006).

Uma edificação pode ser tombada, ter suas restrições para reformas, mas pode oferecer igualmente conforto, segurança, acessibilidade e por fim facilidades para a inclusão social, desde que trilhados os caminhos que visam extirpar a acomodação e voltar-se para alguns dos objetivos da promoção social.

O tempo passa e os homens mudam, muitas coisas ficam como foram feitas, mas também podem ser transformadas ou adaptadas para promover a maior acessibilidade possível para a pessoa em um determinado espaço. Uma vez que os objetos podem ser transformados para propiciar conforto e crescimento às pessoas, é inadmissível que as pessoas não possam se transformar em caráter e atitudes para promover conforto também a outro semelhante seu.

Em razão do trabalho desenvolvido nessa pesquisa, fica evidenciado para o pesquisador responsável, o desafio da continuidade e ampliação de estudos sobre alguns dos elementos que aqui foram apenas assinalados e que a presente Dissertação de Mestrado, possa favorecer e estimular outros pesquisadores na realização de pesquisas focalizando a acessibilidade e a inclusão social.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. et al. Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v.34, n.1, p.97-103, fev. 2000.

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Marcio (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ARANHA, Maria Lucia de A.; MARTINS, Maria Helena P. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BARATA, Júlio; MÉDICI, G. Emílio; PASSARINHO, G. Jarbas. *Lei 5.692/71*. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/5/57/>>. Acesso em: 18 fev. 2007.

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*. Vitória, 9(1), p.101-111, 2004.

BLEGER, J. *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1984.

BOADA, Luis. *O espaço recriado*. São Paulo: Nobel, 1991.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 52, de 8-3-2006. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

_____. *Decreto Nº 914/93*, de 6 de setembro de 1993. Institui a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec914.pdf>>. Acesso em 02 set. 2006.

_____. *Decreto Nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e, dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 02 set. 2006.

_____. *Decreto Nº 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas

gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 set. 2006.

_____. *Instrução Normativa nº 01*, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em: 07 nov. 2006.

_____. *I Conferência nacional dos direitos da pessoa com deficiência*. Acessibilidade: você também tem compromisso. Brasília: SEDH/ CONADE – CORDE, 2006.

_____. *Lei Nº 7.853/89*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L7853.htm>>. Acesso em 02 set.2006.

_____. *Lei Nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 16 nov. 2006.

_____. *Lei Nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10098.htm>>. Acesso em 10 jun. 2007.

_____. *Portaria nº 3.284*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União Nº 219, Brasília, 11 de novembro de 2003. Seção 1, P.12.

CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHIAVENATO, Julio José. *O negro no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DELLA TORRE, M.B.L. *O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1994.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.prodam.sp.gov.br/dph/novaimag/prpatri.htm#>>. Acesso em: 15 out. 2006.

FUNDAÇÃO VISCONDE DE PORTO SEGURO. Disponível em: <<http://www.portoseguro.org.br/nossahistoria.asp>>. Acesso em: 27 mai. 2007.

GODOY, Herminia Prado. *Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais*. 1999. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GUIRADO, Marlene. *Psicologia institucional*. São Paulo: EPU, 1986.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações*. Cad. CEDES vol.19 n.46, Campinas: 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300003>. Acesso em: 22 abr. 2007.

LANCHOTI, José Antonio. *Crêterios de desempenho da mobilidade no espaço urbano construído como avaliadores a cidade acessível: o caso de Ribeirão Preto-SP*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Caderno de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*. ISSN 1678-7730, nº. 73, 2005, Florianópolis. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno73.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MASCARO, Alysso Leandro. *Introdução à filosofia do direito: dos modernos aos contemporâneos*. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 8., 2006, Brasília. Caderno de Textos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, SEDH/CONADE – CORDE, 2006a. p. 30-32.

_____. A inclusão social depende da ação de cada um e de todos. *ADVERSO Revista da Associação de Docentes da UFRGS, Porto Alegre*, n.140, p. 9-11, março, 2006b.

_____. *Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexos sobre inclusão socioeducacional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

_____. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Educação inclusiva – uma escola para todos. In SEMINÁRIO DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Brasília. Anais do Seminário surdez: desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação Especial. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico, 2000. p. 25-28.

_____. *Fundamentos de educação especial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

_____. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. In: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIO PARA O NOVO MILÊNIO, 1998, Foz do Iguaçu: Disponível em <<http://www.defnet.org.br/mazzott2.htm>>. Acesso em: 12 out. 2006.

_____. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL – AMÉRICA LATINA E INCLUSÃO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS FUTUROS, 2005, São Paulo: LARAMARA, 2005b. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/politica_gestao_inclusao_escolar.php>. Acesso em: 27 nov. 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os usos “culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; YÁZIGI, Eduardo (Orgs). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. p. 88-99.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. Trad. Amélia Leitão. Lisboa: Direcção Geral da Saúde, 2004. Disponível em <<http://www.arsalgarve.min-saude.pt/docs/cif.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. *Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade*, 1998, São Paulo: Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista2/debates1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. O que é cultura? *Revista AOL*. Disponível em: <http://noticias.aol.com.br/revista/edicao_1/1_janine__que_e_cultura.pdf>. Acesso em: 16 out. 2006.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 35ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSENFELD, Denis. *A ética na política: venturas e desventuras brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SÃO PAULO (SP). *Lista dos bens tombados no Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.764c9920d8b49e5934aae2a5c19714a0/?vgnnextoid=c292f0ebc5ef0110VgnVCM1000004c03c80aRCRD&cps_extcurrchannel=1>. Acesso em 27 mai. 2007.

_____. *Resolução SC 15/80*, de 27 de maio de 1980, publicado no DOU 28/05/80, p.65. Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/cultura/cit/legislacao/resolucoescondephaat/RES.%20SC%20SN%2015%20%20Colegio%20Visconde%20de%20Porto%20Seguro.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

_____. *Resolução SC 19/84*. Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/cultura/cit/legislacao/resolucoescondephaat/RES.%20SC%20N%2019%20-%20Teatro%20Sao%20Pedro.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

_____. *Resolução SE Nº. 95*, de 21 de Novembro de 2000. Dispõe sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas. Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/paglei/resolucoes/95_2000.htm>. Acesso em: 29 abr. 2007.

SCHWARTZMAN, José Salomão et al. *Síndrome de Down*. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SILVA, Shirley; VIZIM, Marlim (Org.). *Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, Nelson Popini. *Espaços públicos urbanos*. Disponível em: <<http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/arq5605/Espacospublicos.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2007.

VELOSO, Caetano. *Sampa*. Disponível em <<http://caetano-veloso.lettras.terra.com.br/lettras/41670/>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

WALKER, José Roberto (Coord.). *Theatro São Pedro: resistência e preservação*. São Paulo: Arquivo do Estado: Secretária do Estado da Cultura, 2000.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

1. ENTREVISTA NA ESCOLA

1.1. DIRETOR (A)

1. Fale-me um pouco sobre a história desta escola, número de alunos, professores e outros funcionários e como se deu o processo de tombamento.
2. O fato do prédio ser tombado, acarreta alguma restrição à inclusão de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida? Por quê?
3. Neste estabelecimento, há alguém com algum tipo de deficiência e mais especificamente alguma pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida? Alunos, funcionários, professores, outros?
4. Há alguma recomendação ou normas que você utiliza como critério para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida na escola? Tanto em relação ao espaço físico quanto nas relações interpessoais.
5. Em que turno de funcionamento, há maior fluxo de pessoas? Por quê?
6. O que mais gostaria de comentar sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida na escola?

1.2. SECRETÁRIO (A)

1. Fale-me um pouco sobre a sua rotina nesta secretaria, quanto ao atendimento do público.
2. Você tem conhecimento da existência de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida que procuram esta escola para nela se matricular?
3. Fale sobre as condições de acesso que uma pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida tem para estudar nesta escola tombada.
4. Havendo a procura para a efetivação de matrícula de um aluno com deficiência ou mobilidade reduzida, quais são as informações e procedimentos passados a esta pessoa?
5. O que seria necessário para ampliar o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a esta escola?
6. Quais são os dias e horários com maior fluxo de pessoas freqüentando, ocupando este espaço?
7. O que mais gostaria de comentar sobre a acessibilidade na escola para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida?

2. ENTREVISTAS NO TEATRO

2.1. DIRETOR (A) ADMINISTRATIVO

1. Como o senhor (a) vê a temática da acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida em espaços culturais como este?
2. O fato do prédio ser tombado traz alguma limitação para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida? O que seria necessário para favorecer o acesso dessas pessoas?
3. Dentre os funcionários do teatro, há alguém com algum tipo de deficiência e mais especificamente alguma pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida? E sobre os usuários que informação poderia nos dar?
4. Há alguma recomendação ou normas para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida neste teatro? Tanto em relação às condições físicas quanto às relações atitudinais.
5. Quais são os dias e horários com maior fluxo de pessoas freqüentando, ocupando este espaço?
6. O que mais gostaria de comentar sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida?

2.2. CAIXA - BILHETERIA

1. Havendo a procura de ingresso por uma pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida, são transmitidas informações e utilizados procedimentos adicionais a esta pessoa?
2. Como você vê a temática da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em edifícios públicos como este teatro?
3. O que você acha que seria necessário para favorecer o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a este teatro?
4. Há fatos ou experiências de seu contato com pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida aqui neste teatro que poderia relatar?
5. O que mais você gostaria de comentar sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida neste edifício público.

ANEXO B

**CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA E TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA

O presente trabalho se propõe a analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em edifícios públicos tombados destinados à cultura e à educação, na cidade de São Paulo-SP. Os dados para o estudo serão coletados através de um questionário que será respondido durante a realização de uma entrevista. A entrevista e os dados coletados no questionário serão realizados no próprio espaço pesquisado, ou seja, o teatro. Este material será posteriormente analisado e será garantido sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Aos participantes cabe o direito de retirar-se do estudo em qualquer momento, sem prejuízo algum.

Os dados coletados serão utilizados na dissertação de Mestrado do Psicólogo Alexandre Oliveira Gabriely, aluno do Programa de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento da universidade Presbiteriana Mackenzie.

.....
Alexandre Oliveira Gabriely

.....
Marcos José da Silveira Mazzotta
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Fone: 2114-8707

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o(a) senhor(a) _____, sujeito de pesquisa, após a leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO DA PESQUISA, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o sujeito de pesquisa ou seu representante legal podem, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo,..... de..... de.....

Assinatura do sujeito ou seu representante legal

ANEXO C

**CARTA DE INFORMAÇÃO À INSTITUIÇÃO E TERMO DE CONSENTIMENTO
LIVRE E ESCLARECIDO**

CARTA DE INFORMAÇÃO À INSTITUIÇÃO

Esta pesquisa tem como intuito analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida em edifícios públicos tombados destinados à cultura e à educação, na cidade de São Paulo-SP. Estaremos avaliando a questão da inclusão social para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Para tal, solicitamos a autorização desta instituição para a triagem de colaboradores, e para a aplicação de nossos instrumentos de coleta de dados; o material e o contato interpessoal não oferecerão riscos de qualquer ordem aos colaboradores e à instituição. Os indivíduos não serão obrigados a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Tudo o que for falado será confidencial e usado sem a identificação do colaborador e dos locais. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou depois poderão ser livremente esclarecidas, bastando entrar em contato conosco no telefone abaixo mencionado. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia ficará com a instituição e outra com os pesquisadores. Obrigado.

.....
Alexandre Oliveira Gabriely

.....
Marcos José da Silveira Mazzotta
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Fone: 2114-8707

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor(a) _____, representante da instituição, após a leitura da Carta de Informação à Instituição, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que a instituição, através de seu representante legal, pode a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

São Paulo,.....de.....de.....

Assinatura do representante da instituição